Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 25 de novembro de 2015

Ata N.º 20

No dia vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, pelas vinte horas e quarenta e sete minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Derrama – Taxa a aplicar em 2016;

PONTO TRÊS – Participação variável no IRS para 2016;

PONTO QUATRO – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2016;

PONTO CINCO – Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019;

PONTO SEIS – Mapa de pessoal para o ano de 2016;

PONTO SETE – 3ª Revisão ao Orçamento 2015 e Grandes Opções do Plano 2015-2018;

PONTO OITO – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro; Reqte: Diamantino Jesus Lagoa; Procº: E-68/87; Local: Olhos de Água.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;

- Sr. José da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Pedro Miguel Martins Pereira;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Teresa Marta de Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luis Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- O **Sr. José Manuel da Cruz Silvério do PS** justificou a ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques** que se encontrava presente;
- A **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP** justificou a ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio** que se encontrava presente;
- A **Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra da CDU** justificou a ausência à sessão, por motivos de saúde de filho menor, tendo a falta sido considerada justificada;
- A **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU** justificou a ausência à sessão, por motivos de saúde de filho menor, tendo a falta sido considerada justificada;

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Srs. Ricardo Jorge de Oliveira Marques do PS** e **Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio do PPD/PSD.CDS-PP** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação a minuta da Ata Número Dez, datada de vinte e cinco de setembro de dois mil e catorze, dispensando-se a sua leitura em virtude de ter sido previamente distribuída. Foi dada a palavra aos Srs. Membros presentes para as intervenções que considerassem oportunas.

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"Há uma palavra na página trinta e dois, onde se lê área deve-se ler areia."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Na página onze, na minha intervenção, na última linha onde se lê entregarmos quero corrigir para integrarmos e dar outro sentido a esta frase."

Não havendo mais intervenções, **foi a ata aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (dezasseis da CDU, sete do PS e um do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.**

A **Sra. Ana Filipa Sobral da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:49 horas.

Período de Intervenção dos Munícipes

Agradecendo a presença do público, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que, tratando-se de uma sessão ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

Não havendo intervenções passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

Iniciando o período informou a **Sra. Presidente da Mesa** que foram presentes à Mesa três Moções, uma do PPD/PSD.CDS-PP e duas do PS.

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito boa noite Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, distinto Público, Comunicação Social, Funcionários da Câmara Municipal aqui presentes aproveito para saudar todos de igual maneira.

Gostaria, antes de ler a Moção, de fazer uma pequena Saudação ao Partido Socialista visto que com a indicação do Dr. António Costa conseguiram não vencendo as eleições ser Governo e por isso dava-lhes desde já os parabéns, sendo que esperamos que o Dr. António Costa seja um bom primeiro ou melhor um bom segundo ministro porque foi, de facto, o segundo a ser indigitado e ficou em segundo lugar e que Portugal tenha um Governo que possa corresponder às expetativas dos portugueses. Como dizia o Dr. Paulo Portas vamos ver no que dá a geringonça. Muito obrigado."

Moção do PPD/PSD.CDS-PP *"25 de novembro de 1975"*

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Vitorino** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, que foi admitida por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (dezasseis da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros das Assembleia, como habitualmente, fazemos nesta Assembleia, aceitamos todas as Moções, portanto não submeti a votação, está aberta a discussão.

Quem deseja usar da palavra? Tem a palavra o Partido Socialista, Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. e Sras. Vereadoras, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Técnicos da Câmara, Srs. Público e Srs. Jornalistas.

Não sei por onde é que hei-de começar com os agradecimentos. Às vezes a gente quer fazer piada e não tem piada, quer ter graça e não tem graça, porque há uma coisa que falta é na Democracia quem manda é o voto do Povo e o voto umas vezes agrada-nos e outras vezes não nos agrada.

A Assembleia da República foi eleita em votos livres conforme é dito na Moção que acabaram de apresentar, a Democracia não pode ser boa quando é para o nosso lado e má quando é contra nós. A Democracia como dizia o Churchill, tem todos os defeitos mas eu não conheço nenhum modelo melhor do que este e, portanto, não estamos a dar posse de um segundo Primeiro-ministro porque há uma coisa que nós devemos respeitar, mais que não seja por boa educação democrática, e que são as instituições democráticas e são os cidadãos que são eleitos para exercer esses cargos em nome do povo.

Podemos não concordar, devemos não concordar, quando não concordamos, porque é esse direito que nos dá a Democracia, não devemos ofender gratuitamente uma ofensa baixa com pessoas que não estão presentes e que, efetivamente, dizer que o povo que votou em Palmela, em Bragança, em Vila Real de Santo António, nos partidos à esquerda da PAF não vale o mesmo que o povo que votou na PAF é desconsiderar mais de cinquenta por cento dos eleitores portugueses. Não admitimos, em Democracia, que se faça uma diferenciação entre quem vota em nós e os outros, em que há votos de primeira e há votos de segunda, não há partidos com direitos a mais e partidos com direitos a menos, todos os partidos democráticos aceites pelo Tribunal Constitucional e que se apresentam às eleições têm exatamente os mesmos direitos, tenham dez por cento, quarenta por cento ou um por cento.

É a relação entre os votos e os eleitos que nos dão a força na sede da democracia que é o Parlamento. Foi aí que o Parlamento, tomando nas suas mãos aquilo que o povo decidiu, votou contra este Governo que era um Governo que muito mal fez a este País e portanto vamos dignificar a Democracia, dignificar o ato eleitoral e sobretudo dignificar os Deputados, os Membros do Governo eleito e que irá tomar posse amanhã, porque ele representa a vontade maioritária de um Parlamento Democrático, eleito democraticamente pelo povo a quatro de outubro.

Posto isto o Partido Socialista acha muito estranho que a direita portuguesa em dois mil e quinze se lembre do 25 de Novembro, andou anos sem falar nele e no dia vinte e cinco do mesmo a maioria deles estavam debaixo da caminha, do colchão, com medo de não sei do quê? Em vez de ir à luta pelos ideais, cada um de nós lutou pelos seus ideais, cada um de nós fez aquilo que a consciência na altura lhe mandava, a história não se repete, a história foi feita de factos e como diz o General Ramalho Eanes, também é citado, e mal, porque ele não se sentiria dignificado com esta citação que aqui vem porque faltam aqui muitos homens do grupo dos nove, e faltam aqui muitos democratas, cidadãos militares democratas, que não se confundem nem com Jaime Neves, nem com outras figuras, queria-vos dizer que os momentos fraturantes não se comemoram, recordam-se e deve-se refletir sobre eles, isto é uma frase do General Ramalho Eanes, é que quando nós citamos os nomes das pessoas devemos saber qual é o seu pensamento e o que é que eles hoje pensam daquilo que se passou há quarenta anos atrás.

Portanto Melo Antunes, já agora recordo aqui Melo Antunes que não tiveram a coragem de o pôr aqui, disse-o na noite de "25 de novembro" ou no dia vinte e seis, o PCP faz falta à Democracia, é um partido do arco democrático e é um partido que tem que ser respeitado.

O 25 de novembro tal e qual como o 25 de abril não foi feito contra os democratas, foi feito para integrar, para incluir e não para dividir. Quarenta anos depois a história não pode ser feita com revanches, não pode ser feita com pedradas, tem que ser feita com vontade de incluir, de reforçar a Democracia e de reforçar o papel de todos os partidos que têm todos, e todos, os mesmos direitos constitucionais. Tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções? Tem a palavra o PCP, por favor, a CDU, peço desculpa."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"Muito boa noite Sra. Presidente. Cumprimento-a, cumprimento o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Colegas Membros da Assembleia Municipal, Trabalhadores da Câmara Municipal, Comunicação Social, Público presente, a todos, muito boa noite.

Esta Moção apresentada pela Coligação PAF, pretende ser um fim de calcar aquela que foi uma iniciativa gorada dos mesmos partidos na Assembleia da República e que tinha, e que teve, e como hoje aqui, também, o sentido não só de inoportunidade política como de provocação política e eu subscrevo no essencial aquilo que o Sr. Membro Raul acabou de dizer na sua intervenção recente.

Aliás, e também, a transcrição daquilo que foi dito pelo próprio General Ramalho Eanes que não nos é uma figura com a qual nós nos identificamos é conhecido, apesar de termos apoiado e termos facilitado a sua eleição para Presidente da República contra a direita. Também é bom relembrar que o PCP, já noutras alturas, fez acordos que salvaguardavam aquilo que consideram o essencial, como por exemplo e fecho o parêntesis apoiou Mário Soares contra Freitas do Amaral, é bom que a história seja relembrada, porque nada sugeriu agora de tão surpreendente como alguns órgãos de comunicação social e alguma direita quer fazer querer. Dizia eu que Ramalho Eanes, veio esta semana exatamente no "*Público*" que dia exatamente isto que eu até transcrevi *"Os acontecimentos fraturantes de um país podem ser recordados mas não celebrados."* e hoje o que a Coligação fez foi tentar pôr um dedo numa ferida, numa ferida que tem quarenta anos, uma ferida que tem obviamente leituras políticas completamente diferentes.

E deixe-me dizer Sr. Membro da Assembleia, que apresentou aos Srs. Membros da Assembleia Municipal do PSD/CDS que apresentaram aqui esta Moção, que efetivamente quando falam em violência que a extrema-esquerda e depois aqui também é preciso ter algum rigor nesta linguagem geométrica da esquerda e da extrema-esquerda. Eu lembro-me, talvez na altura não tivesse idade ainda para acompanhar estes acontecimentos políticos, eu porque já sou sexagenário a caminho de septuagenário, vivi estes acontecimentos já numa idade adulta e portanto conheço os acontecimentos vivenciados nessa época. É que violência no sentido rigoroso da palavra, violência física quem o fez foram os partidos da extrema-direita ao qual o CDS e o PP se associaram eu recordo-me do ELP que libertou pides do hospital militar, como o Barbery Cardoso, recordo-me do MDLP, recordo-me de associações como a Maria da Fonte, como os Viriatos, recordo-me os assaltos às sedes do PCP/MDP, eu estive a ler algumas coisa que eu já me tinha esquecido, em Viseu, Leiria, Braga, em Ponte Lima foram mortos três militantes do PCP quando foi incendiada a sede. Em Rio Maior a extrema-direita, e o CDS/PSD, cortaram a estrada nacional que ligava o norte ao sul, por Vigo entraram pides naquela altura, a "Casa da Morte" em Lisboa foi destruída. Eu podia aqui enunciar uma lista enormíssima de atentados terroristas, e fundamentalistas, que foram perpetuados pelos partidos políticos da altura da extrema-direita e que tinham (não audível) o objetivo do PSD e do CDS.

Recordo também que o PCP sempre se demarcou de partidos como o PRP Brigadas Revolucionárias, como a Luar e mais tarde as Brigadas ditas "25 de Abril", porque esses, de facto, defendiam uma prática política e uma configuração ideológica de apelo à luta armada e à violência com o qual o PCP nunca se identificou e teve uma luta ideológica muito forte com esses partidos logo a seguir ao "25 de Abril". Uma luta muito forte da história na altura vivi esses factos, e esses momentos, de forma muito intensa, já tinha vinte cinco anos, mas a história também está aí para relatar para quem na altura fosse mais novo e não soubesse, de facto, o papel importante que o PCP teve naquilo que chamava, e bem, a "Doença Infantil do Comunismo", que era o esquerdismo e que na altura tinha nestes partidos, e nalguns destes partidos e noutros, de cariz maoista, digamos elementos que eram objetivamente contra revolucionários.

O PCP nunca defendeu, mesmo nessa altura, a violência armada, nunca defendeu a violência física. O PCP defendeu, e defende hoje, a luta de massas que é uma coisa completamente diferente, mesmo antes do "25 de Abril" com exceção da ARA, e estamos num período de ditadura em que era uma organização político/militar do PCP, sempre o PCP defendeu intervenção organizada das massas como forma de derrubar os sistemas políticos e, portanto, o colocar para já o PCP no mesmo saco da extrema-esquerda é historicamente absolutamente errado e politicamente recusamos, e repudiamos, essa associação que aqui é feita pelo PSD/CDS. Repetimos que, de facto, se podemos falar de violência, a violência vem exatamente desta área político/militar.

E só termino Sra. Presidente, recordando que para nós o processo do 25 de Novembro não vem repor o 25 de Abril. O que ele veio travar foi, de facto, um processo chamada processo revolucionário em curso, que hoje tanto é vilipendiado e ironizado, e não podia deixar de lembrar que foi neste período que se valorizou

os salários dos trabalhadores, que se conquistou os subsídios de férias e de natal, que se proibiu os despedimentos sem justa causa, que se discutiu a contratação coletiva, que se defendeu a dignidade do trabalho, que se diminuíram as desigualdades sociais e a distribuição entre o capital e o trabalho, que se iniciou o serviço nacional de saúde, a escola pública e a segurança social. Foi neste período, particularmente neste período do chamado PREC, que foram nacionalizados importantes estratégicos da economia, se estivessem nacionalizados não estávamos hoje como estamos a banca, os seguros, a energia. Foi neste período que se fez a reforma agrária, que se desmantelou os latifúndio e que se deu oportunidade a muitos trabalhadores assalariados do Alentejo que passaram fome, literalmente fome durante várias décadas, a terem alguma dignidade na sua vida e foi este processo revolucionário que os Senhores tanto ironizam e tanto vilipendiam que nós temos hoje, politicamente, razões para estar saudosos eu diria mesmo desse período revolucionário, que foi travado em alguns aspetos pelo 25 de Novembro e que, infelizmente, a partir daí, e termino Sra. Presidente, nos últimos quarenta anos temos vindo a assistir progressivamente, enfim os últimos quatro anos então foram a machadada final ou a tentativa da machadada final, enfim, a história nunca termina há sempre factos novos que surgem e nós conseguimos sempre ressurgir mesmo depois de aparentes derrotas, que era o desmantelamento daquilo que eram as conquistas do 25 de Abril e o PSD/CDS tiveram aqui um papel muito forte nessa tentativa.

Nós, Bancada da CDU, vamos votar contra naturalmente e mais do que votar contra sentimos esta Moção como um gesto obviamente que com todo o direito da bancada que a propõe mas, simultaneamente, que nos causa uma grande indignação a própria linguagem incendiária que é utilizada neste texto. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Boa noite, Sra. Presidente. Permita-me na sua pessoa cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, Funcionários aqui presentes, Jornalistas e o Público.

No momento em que atravessamos, e em que se dá um sinal de esperança a todos aqueles que sofreram na pele a austeridade provocada pelo Governo anterior do PSD/CDS, eu vou-me escusar a comentar esta Moção que o PSD/CDS hoje trazem aqui, que agitam os velhos fantasmas e que põem em pé de igualdade uma data que é o 25 de Novembro com uma data tão especial que, essa sim, trouxe a Democracia a Portugal que é o 25 de Abril, eu vou escusar-me a comentar esta Moção e dizer só que vou votar contra e só não posso votar contra duas, três, quatro, cinco vezes porque isso não é permitido. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não há mais intervenções, portanto vamos, está a pedir a palavra? Não percebi, Carlos Vitorino, PSD/CDS."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Obrigada Sra. Presidente.

Só referir em resposta ao Sr. Deputado Valentim Pinto, que nesta Moção em lugar nenhum está mencionado o PCP.

Segundo ponto, quando se falou na violência também referimos que ela foi durante um determinado período transversal a toda a sociedade. Transversal a toda a sociedade quer dizer que os atos e os factos condenáveis que o Sr. Deputado Municipal Valentim Pinto aqui citou são, claro e evidentemente, condenáveis. Tão condenáveis como a destruição da sede do PPD em Setúbal e outras ocorrências que ocorreram, sim, sim, no sete de março de mil novecentos e setenta e cinco quando o PPD quis fazer um comício em Setúbal e que foi boicotado e que foi atacado.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Raul Cristóvão, dizer que o destaque para Jaime Neves é porque é um operacional que já desapareceu, que já não está entre nós, mas que depois se diz aqui "…*apoiados por muitos outros militares e pelos partidos democráticos e por muitos outros cidadãos anónimos que arriscaram as suas vidas nos combates a lutas desse dia na defesa da democracia.*", portanto engloba toda a gente.

Para terminar só referir que, de facto, o Sr. Deputado Municipal ficou zangado com a saudação que eu fiz. Parece que foi um "crime de lesa pátria" ou, neste caso, de "lesa costa". Eu recordo aqui intervenções do Sr. Deputado Municipal do seu partido, com ofensas gravíssimas ao então Primeiro-ministro Pedro Passos Coelho e aos Membros do Governo que não mereceram esse reparo, era só para recordar, sendo que isto é uma crítica com alguma ironia. Não, não, não foram suas e eu referi que não foram suas, da Bancada de elementos da sua Bancada, e tivemos ocasião até de já ter referido nisso noutras Assembleias, friso evidentemente que não foram sua, mas foram de elementos da sua Bancada e também não me esqueço que um divertimento engraçado na campanha eleitoral era atirar bolas a latas com a cara dos elementos do Governo da Coligação. Se V. Exas., na altura, achavam tudo isto engraçado agora também não se podem ofender por uma simples crítica a um processo que, de facto, sendo verdade que formalmente, e constitucionalmente, é democrático constituiu uma fraude aos eleitores porque em nenhum momento nenhum dos elementos dos partidos que hoje dizem suportar o atual Governo admitiram esse cenário antes das eleições. Tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tenho um pedido de intervenção, vamos discutir a Moção. Já tinha um pedido de intervenção do Partido Socialista, sobre a Moção? Não? Então vamos discutir a Moção."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Sra. Presidente é sobre a Moção, mas eu tenho que referir que, efetivamente, a Moção aparece hoje em dois mil e quinze e não apareceu em anos anteriores. A Moção tenta diferenciar aquilo que é os partidos democráticos dos outros, quando nós todos, nós partidos, votamos constitucionalmente reconhecidos e podemos concorrer a eleições livres, somos partidos democráticos, não há partidos antidemocráticos, por acaso acho que há um que não devia concorrer mas o Tribunal Constitucional acha que ele deve concorrer, concorre, por acaso não interessa, e estou a pensar num concreto, o povo vota reduzidamente e ainda bem naquele partido e essa é a expressão eleitoral dele, mas em democracia não há partidos antidemocráticos e partidos democráticos.

Houve alturas em que a sociedade portuguesa teve clivagens enormes, teve as clivagens que teve que ter num processo natural do próprio crescimento e solidificação da democracia foi feito. Hoje quarenta anos depois, temos políticas e temos um projeto presente e de futuro que nós temos que olhar como uma alternativa clara, finalmente parece que é possível diferenciar políticas alternativas e essas é mais uma conquista que, se calhar, eu não gosto muito do termo mas vou utilizar, uma conquista do 25 de Abril e uma conquista do dia quatro de outubro é que conseguimos, hoje, diferenciar claramente os campos. Se calhar o mal não está na esquerda, o mal está em partidos que se dizem sociais-democratas e que de social-democratas têm muito pouco e que fizeram uma deriva completa à direita, ao contrário de outros que sabem bem onde estavam antes no dia e depois do 25 de Abril. Eu sei onde estive e sei o que fiz, tenho uma história democrática como muita gente milhares de portugueses têm e isso dá-me a mim razão para não aceitar quarenta e um anos depois de Abril e quarenta anos depois do 25 de Abril determinado tipo de linguagem.

Por essa razão, o Partido Socialista, embora saudando o "Grupo dos Nove" e um conjunto de militares que nesse dia se organizaram, a verdade é que o Partido Socialista não se revê nesta linguagem, não se revê nesta Moção, não se vê neste oportunismo e vai votar contra esta Moção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Bem vamos então votar? Já foram anunciadas as posições relativamente à Moção, mas formalmente votamos."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma rejeitada, por maioria, com três votos a favor do PPD/PSD.CDS-PP e vinte e quatro votos contra (dezasseis da CDU, sete do PS e um do BE).

Moção do PS *"Dia Internacional pela eliminação da Violência Contra as Mulheres"*

Tomou a palavra a **Sra. Elisabete Cavaleiro** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, que foi admitida por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (dezasseis da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta Moção, quem deseja intervir? Filipa Sobral, CDU tem a palavra."

A **Sra. Ana Filipa Sobral da CDU:**

"Boa noite. Na presença da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes.

Apenas para dizer que a Bancada da CDU está solidária com esta temática e portanto vai votar favoravelmente a Moção. Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Um pedido de intervenção por parte do Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Mais uma vez boa noite a todos e a todas.

A primeira iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda, desde a sua fundação, foi exatamente a aprovação ou levar um projeto-lei à Assembleia da República que apresentava a violência contra as mulheres como figura de crime, abrindo assim caminho à penalização da violência doméstica contra as mulheres.

Por isso, o Bloco de Esquerda foi desde sempre uma força política que esteve na vanguarda da luta dos direitos das mulheres e contra a violência contra as mulheres. Permita-me só acrescentar que vamos votar ou vou votar a favor desta Moção. Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada. Mais alguma intervenção? Tem a palavra o PSD/CDS, por favor."

O **Sr. Pedro Sérgio do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Boa noite, aqui em nome do PDS/CDS, também sobre esse ponto também votamos a favor, porque estamos aqui numa discussão de direito da igualdade e de garantias, no caso das pessoas, portanto votamos a favor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada. Então não havendo mais intervenções formalmente…"

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezasseis da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Moção do PS *"Liberdade, Igualdade, Fraternidade"*

Tomou a palavra o **Sr. Ricardo Marques** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, que foi admitida por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (dezasseis da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Srs. e Sras. Membros da Assembleia, sobre esta Moção? Tem a palavra Domingos Rodrigues da CDU, por favor."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

Meus Senhores e minhas Senhoras boa noite, através da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes nesta sala.

Gostava de referir esta Moção, que desde já dizemos que vamos votar favoravelmente, mas também pensamos que ela devia de ser um pouco mais completa.

Tendo em conta aquilo que eu acabei de dizer, passarei a ler uma Declaração de Solidariedade com as vítimas deste terrorismo.

Em nome da Bancada da CDU condenamos os atentados em Paris. Condenamos veementemente a série de atentados ocorridos na sexta-feira treze, em Paris, que foi revindicado pelo, o autodenominado estado Islâmico. Os ataques que causaram cento e vinte e nove mortes e trezentos e cinquenta e dois feridos, alguns em estado muito grave, que já faleceram, tiveram lugar num estádio de futebol, numa sala de concertos e em quatro cafés e restaurantes no centro da capital francesa.

Condenamos veementemente os atentados ocorridos e manifestamos às vítimas e seus familiares a sua consternação e sentimentos de pesar e expressamos ao povo francês, a nossa profunda solidariedade. O terrorismo, qualquer que seja as suas causas e objetivos proclamados, serve sempre interesses mais reacionários.

Para nós, Bancada da CDU, a resposta ao terrorismo passa necessariamente pelo combate às suas mais profundas causas sejam elas políticas, económicas ou sociais e pela defesa e afirmação dos valores da liberdade, da democracia, da soberania e independência dos estados.

A CDU considera que crimes como aqueles que agora foram feitos em Paris, ou como os que há poucos dias se realizaram também em Beirute, no Quénia, ou a um avião russo, mas também nos ataques dos

extremistas islâmicos em Bagdad, no Alepo ou Damasco que somam milhares e milhares de vítimas. Não esquecemos as torres de Nova York, a estação da Atocha, a rede de metropolitano de Londres e em todos os lugares do Mundo onde se mata cobardemente. Todos os ataques contra a vida de cidadãos indefesos merecem a nossa repulsa.

Coloca-se a premência de uma política de desanuviamento, e de paz, nas relações internacionais e do respeito do direito internacional que ponha fim às ingerências e agressões contra estados soberanos, nomeadamente no Médio Oriente.

Sublinhamos que a recorrente imposição de acrescidas medidas atentatórias de direitos e liberdades fundamentais, o incremento da escalada de ingerência e de guerra contra a realidade, tem comprovado que só alimentar o crescimento do racismo e da xenofobia e a sua ação de terror.

A resposta, para nós, ao terrorismo passa pelo combate às suas causas. Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Então tem a palavra o PSD/CDS, agora por favor, Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Efetivamente vamos votar favoravelmente esta Moção, embora consideremos não muito completa mas atendendo a que se refere a um atentado propriamente dito, treze de novembro, votaremos favoravelmente.

Relembramos no entanto, aqui, o Partido Socialista, e já é a segunda vez que digo isto, que quando trouxeram uma Moção e nós quisemos, e referimos, na altura o rapto de mulheres por parte do Boko Haram e a matança de muitas crianças e mulheres nos Países Africanos, fruto destes movimentos radicais, o Partido Socialista disse nesta Assembleia que não devíamos meter para aqui a discussão da religião. Efetivamente, isto são extremistas religiosos e é uma discussão concordando com a CDU, que devem ser combatidas as causas que geram estas violências, mas são extremistas religiosos e é assim que devem ser chamados.

Orgulhamo-nos, através da Juventude Popular, de termos feito nesta mesma biblioteca uma discussão sobre este assunto "Estado Islâmico" tendo sido convidado o Líder Religioso, digamos o Diretor do Colégio em representação dos Muçulmanos, Colégio Islâmico que se situa na freguesia de Quinta do Anjo e, portanto, desta maneira parece que estamos todos de acordo.

Incluiria aqui, também, acrescendo algumas referências que a CDU fez também a causa na Ucrânia, onde também não sendo propriamente um radicalismo islâmico, mas será por outros motivos, também condenamos essas violências, aqui no caso concreto é o radicalismo que está sediado na própria Europa. Pessoalmente quando visitei uma das vezes, há vinte anos, França já um taxista português me advertia para estes factos que iriam nascer dentro da própria França. E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Dou a palavra agora ao Partido Socialista, novamente Raul Cristóvão, por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"É muito rápido Sra. Presidente, muito obrigado.

Efetivamente esta Moção foi feita sobre o objetivo dos atentados que foi em Paris, foi uma Moção que também já foi à Câmara, está temporizada e localizada, não há terrorismos bons e maus há terroristas e não há terrorismos. Vamos lá ver uma coisa, nós não podemos confundir estes indivíduos com o islamismo e com a religião islâmica. Recuso-me como socialista, e o PS recusasse como Socialista, que alguma vez se faça uma afirmação de que o problema está nos muçulmanos ou na religião islâmica. O problema está em outras coisas mais profundas, que não cabe agora aqui discutir mas que teríamos que, se calhar, falar delas

em pormenor se houvesse tempo e espaço e a Assembleia fosse própria para isso, mas está em causa as mais profundas nas políticas internacionais, nas políticas nacionais, nas desigualdades, nos desempregos, num conjunto de marginalizações, de guetos, de um conjunto de situações que as sociedades mundialmente não souberam e não quiseram resolver.

Estes indivíduos são terroristas, não porque nasceram terroristas, não porque são islamitas, não porque são muçulmanos, são terroristas porque há um conjunto de fatores que nós como ocidentais também temos que olhar um pouco ao que andámos a fazer e, se calhar, pensar que é melhor mudar o paradigma em muita coisa para que, efetivamente, não sejamos nós os causadores e aqueles que sofrem e os sofredores das más políticas que muitas vezes desenvolvemos a nível internacional e isto é da Arábia Saudita, ao Estados Unidos, ao Iraque, ao Irão, à Turquia, à Europa do euro, à Europa dos vinte oito, um conjunto de países, à Rússia, um conjunto ao paradigma internacional tem que ser mudado e tem que ser mudado com a conversa e todos sentados à mesa para conversar, não pode ser feito o que tem sido até agora porque não vamos resolver.

Agora recuso-me como socialista, como português e como católico, que seja atribuída a uma religião nomeadamente a religião islâmica e muçulmana o extremismo destes indivíduos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Dar nota que o Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta Moção, que acompanhamos com o Partido Socialista e as demais Bancadas que vão votar favoravelmente.

Dizer ainda que é nossa opinião que não se trata aqui de problemas com a religião nem nada disso, porque a religião, o Islão não professa a violência contra seres humanos, portanto nós discordamos totalmente da ideia de quem é muçulmano, ou quem professa a fé islâmica, seja um potencial terrorista e isso é dar mais poderes a quem atenta contra a liberdade, contra os direitos da democracia na Europa, dar mais poderes a essas pessoas para ganharem mais apoios.

Lembrar que os terroristas que perpetraram estes ataques eram europeus, não vieram da Arábia Saudita, não vieram de qualquer dos países árabes, eles eram Franceses, eram Belgas, eram europeus, portanto o problema aqui já vem de muito antes. Como se disse aqui é a segregação destas pessoas que leva a que anos e anos de segregação que leva estas pessoas a tomarem estas atitudes, não tem nada a ver com o Islão, há muitos estados islâmicos democráticos que também têm problemas. Viu-se o caso que houve um atentado no Líbano, precisamente um país de maioria muçulmana e ele também sofreu um atentado precisamente pelo estado do Daesh. Obrigado, disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, vamos votar? Votamos a Moção, a CDU apresentou uma declaração de voto e entregará como tal."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezasseis da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Temos três requerimentos apresentados pelo PSD/CDS e pela natureza dos requerimentos, pelo seu conteúdo eu pedia ao PSD/CDS que apresentasse e nós vamos votar os requerimentos.

Eu já percebi que o PSD/CDS opta por fazer requerimentos, porque eu assumi no início que nós tomávamos os requerimentos como naturalmente, enfim, recomendações nalguns casos são, noutros são pedidos e o PSD/CDS adotou esta medida, mas naturalmente sobre a figura do requerimento, introduz uma série de, no fundo, recomendações à Câmara que se eu me limito a aceita estão tacitamente aceites e portanto eu vou propor a votação.

Querem apresentar? Ou, eu submeto à votação simplesmente?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não sei porque ordem de leitura é que vamos apresentar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Nós aqui ordenámos, eles foram entregues todos. O primeiro é o requerimento sobre a informação detalhada da Assembleia, o segundo sobre os documentos, nomeadamente, atas dos conselhos em que a Assembleia está representada e o terceiro é a recomendação sobre os lixos."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora o primeiro requerimento na sequência de outro que já apresentamos e cuja informação nos foi fornecida, reapresentamos este requerimento para saber a evolução destes processos. Portanto, na sequência das respostas então apresentadas e com base no direito à informação por parte do executivo camarário, pretendemos o seguinte: Atendendo a que nos foi fornecido após requerimento por nós apresentado, no ano transato, informação sobre as Augi's do Concelho, vimos requerer informação escrita sobre a evolução de cada processo então elencado, se houve alguma evolução, desde a data que efetuamos tal requerimento.

Ponto dois: Requeremos uma vez que nós aqui nesta Assembleia, alguns eleitos fazem parte de Órgãos e de Assembleias de outros Órgãos e que nada nos é dado conhecimento sobre o que é que ocorre, imaginemos na Assembleia Metropolitana, noutros Órgãos, gostaríamos de ter e despesas inerentes também a esses cargos, se é que há algumas, requeremos no nosso ponto dois informação detalhada desde o início do mandato por rubrica das despesas efetuadas por esta Assembleia. Porquê? A razão de ser deste pedido é que nós no orçamento camarário temos um valor para a Assembleia Municipal. À data quando o Bloco de Esquerda aqui apresentou uma proposta ou uma recomendação, já não me recordo, mas terá sido aprovada todos concordamos, no que diz respeito à gravação em direto das sessões desta Assembleia, colocou-se a questão de haver, eu até disse lembro-me pessoalmente de ter dito que o executivo da Câmara tinha uma palavra a dizer porque isso se acarretasse mais despesas tinha que ter o devido cabimento orçamental. Porque é que nós colocamos aqui esta questão das despesas efetuadas pela Assembleia? Se perante o orçamento a verba que está cabimentada no orçamento do executivo camarário, e que vai ser apresentado, se essa eventual situação que irá acarretar alguma despesa, se o executivo já estudou essa hipótese, qual é o impacto orçamental que isso vai ter? Se não tiver grande impacto, porque é que essa medida ainda não foi tomada passado quase um ano do Bloco de Esquerda ter trazido esse pedido a esta Assembleia? Daí termos pedido esta descriminação das despesas efetuadas pela Assembleia para termos uma noção das cabimentações orçamentais relativamente a essa verba orçamental das despesas da Assembleia Municipal. Portanto isto é o requerimento número um.

O requerimento número dois, efetivamente, nesse ponto um vimos colocar, essa questão da Assembleia Municipal, e as informações escritas, eu vou ler:

Atento o facto de que aprovámos nesta Assembleia Municipal uma recomendação para que os Munícipes pudessem acompanhar as nossas Assembleias em direto, vimos requerer por parte da Mesa desta Assembleia a competente informação escrita sobre as démarches realizadas e a data da concretização de tal recomendação, ou a informação escrita de que tal não virá a ocorrer, porque eventualmente pode acarretar muita despesa.

Ponto dois: Requeremos que nos sejam enviadas cópias das atas das reuniões, isto já tínhamos também pedido até recebemos uma das atas no qual esteve presente o António Mestre, não sei se houve mais alguma, porque nós na altura só pedimos as que se tinham realizado. Através deste requerimento estamos a pedir cópias dessas atas dos Conselhos onde Membros da Assembleia Municipal tem representação, para termos conhecimento do que se passa, para além disso cópia das atas das reuniões das Comissões uma vez que a nossa Bancada por decisão, e conversa, não fez parte de todas as comissões, se nos puderem facultar a ata quando hajam reuniões para termos conhecimento do que se passa nessas Comissões e até podermos fazer algumas sugestões, daí a razão deste segundo pedido.

Agora relativamente às atas da Assembleia Municipal, nós na nossa campanha eleitoral, e também a CDU defendeu isso, defendemos uma Assembleia Municipal mais proactiva, mais virada para os cidadãos, efetivamente até na questão das atas e aqui salvaguardando o período de baixa das funcionárias que estiveram doentes, não lhes estamos a imputar qualquer culpa pelo atraso das atas, a verdade é que há um ano de atraso das atas nesta Assembleia e não consideramos isto correto, porque além das notas que tomamos passado um ano nem tudo nos ocorre o que dissemos nas atas, não é? Portanto para rever uma ata que aqui vem passado um ano é um bocadinho mais complicado para todos. Por isso vimos solicitar, ah!, na altura sugerimos quando uma funcionária esteve doente, e em baixa e ainda não está bem, eu estive esta semana na sala e vi a funcionária a desgravar e sei que não está bem fisicamente ainda, está a trabalhar mas não está bem, na altura sugerimos que com o dinheiro que a Câmara não pagava do salário podiam meter, isto era uma sugestão não é, a Mesa da Assembleia e o executivo despendia o dinheiro, sugerimos fazer como nós fazemos nos processos em tribunal uma transcrição externa de uma empresa que faz isso num dia ou dois.

Portanto perante este atraso e também esse atraso, aliás já no anterior mandato isso se passava, com base na transparência e no direito à informação a todos os cidadãos vimos requerer que as atas das reuniões da Assembleia Municipal sejam prontamente efetuadas recorrendo caso haja necessidade, uma vez que há este atraso, a transcrição externa uma vez que há um atraso de cerca de um ano o que conduz a sérias dificuldades na aprovação das mesmas e requeremos, passado um ano que as atas venham à aprovação, uma cópia da gravação pelo menos para sabermos o que é que dissemos, efetivamente, eu tomo algumas notas mas passado um ano é um bocadinho complicado estarmo-nos a lembrar de tudo o que dissemos.

Já agora, e isto não faz parte deste requerimento eu até queria aqui apresentar uma sugestão ao Sr. Presidente porque esta semana quando estive ali na sala dos funcionários que dão apoio à Assembleia Municipal a porta estava fechada com aquecedor a óleo. Eu sugeria se a Câmara pudesse gastar aí duzentos euros num ar condicionado que a sala ficaria mais acolhedora, mas isso é uma sugestão fora deste âmbito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Finalmente."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Finalmente, o ponto três, ali o colega está a dizer que isto é uma palhaçada, não sei quem é que será aqui o palhaço."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Continue, continue, vá o ponto três, recomendação, sim"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O colega do PS, nunca da nossa boca, da nossa Bancada ouviram essas palavras, portanto não ouvirão à mesma, essas graças comigo não funcionam.

Agora relativamente à recolha do lixo, também nos foi fornecido a dada altura o mapa dos circuitos por freguesia. Nós tivemos algumas queixas até de alguns moradores das Augi's e tudo mais e por isso com base no direito à informação notamos um claro melhoramento e temos que aqui dizer isto, mas ainda há algumas deficiências. Portanto vimos requerer, tal como já fizemos há uns tempos e nos foi fornecido pelo executivo da Câmara, a frequência dos circuitos das recolhas nas diversas freguesias, bem como o nome das entidades que procedem à referida recolha e dias da semana, tal como já requeremos e nos foi informado queremos uma atualização porque à data o Sr. Presidente, e bem, fizeram as adjudicações para a melhoria dessas recolhas.

A presente, dizemos também nesta recomendação e requerimento, que no ano transato apresentámos uma recomendação ao executivo municipal, na Assembleia de vinte cinco de setembro de dois mil e catorze, para a necessidade de mais campanha de informação aos munícipes, mais campanha de sensibilização ambiental, também através da internet e depois damos alguns exemplos, que não vou aqui ler, pelo que tornamos a apresentar esta recomendação. Reconhecemos aqui que o executivo, talvez porque também tinha esse pensamento, acatou e acolheu as nossas recomendações tendo efetuado algumas das campanhas recomendadas. No entanto como faço parte do Conselho Municipal da Juventude, vi que a verba do orçamento que contempla as escolas é uma verba, salvo erro, de mil euros. Neste sentido vimos reiterar estas nossas recomendações, sensibilização ambiental Sr. Vereador Adilo, portanto é nesse aspeto que tornamos a recomendar e requeremos estas informações."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Desculpem lá, relativamente aos temas apresentados, vamos fazer o seguinte: O tema um e o tema dois, são entregues como requerimentos à mesa da Assembleia e são tratados como tal, o tema três, porque envolve uma recomendação ao executivo neste caso, vamos votar. Vou colocar à votação dos Srs. Membros da Assembleia Recomendação sobre "Recolha de Lixo e Recolha de Monos".

Tem a palavra a CDU, por favor, António Mestre."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os Membros e todos os presentes. Eu aqui tenho uma dúvida que para além de votarmos eu acho que a devemos comentar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Dei-lhe a palavra para isso, não é para votar."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Era só nesse sentido saber se o podia comentar. Primeiro ligar acho que vindo de quem vem esta Recomendação/Requerimento, eu acho que isto, utilizando um termo que é da gíria profissional, é quase um bocadinho documento dilatório ou seja isto podia ser utilizado num conjunto de perguntas ao executivo dando a possibilidade de responder e não parecendo aqui que é um documento com argumentação política sobre a forma de requerimento ao abrigo do direito à informação que eu não me lembro nunca desta, ou de outra Assembleia, ter privado qualquer Membro dessa informação e também sei que não é o que é aqui dito mas acho é que é dispensável fazê-lo desta forma para inferir daqui algumas coisas, ou algumas recomendações, nomeadamente quando se está na posse de alguns dados que foram transmitidos aqui.

Eu dou alguns exemplos: quando se fala aqui nas deficiências de recolha, eu lembro-me na última vez que estivemos aqui debateu-se já isso e foi explicado pelo executivo, presente, as medidas que estavam em vigor e o que é que iria ser feito e posso até transmitir que, por exemplo, em número de queixas sobre a recolha, e foi reconhecido que havia um problema e que se estava a atuar sobre ele, o mesmo diminuiu e que com os circuitos aquilo que se conhece, e que já foi público e saiu nos órgãos de comunicação social,

houve efetivamente falhas em dois circuitos, até a freguesia de Quinta do Anjo e que foi reconhecido pelo Município.

Por outro lado a questão de vir aqui apresentar como proposta da Bancada do PPD/PSD – Palmela Mais, ou "*orever*", aquilo que seja uma proposta de campanha é um bocadinho desatento, abrimos qualquer dos jornais e vimos temos outdoors e vemos, não foi por recomendação obviamente fazia parte inclusive do Plano de Atividades que também aprovaram no início do ano. Portanto, ou seja, é uma medida política de exploração de um assunto que eu acho que, para bem da temática desta Assembleia, não deve vir aqui sobre a forma de Requerimento deve vir sobre pergunta ao executivo ou sobre tema de discussão aberta por qualquer um dos Membros desta Assembleia, eu assim sobre a forma de requerimento e a nossa proposta é votar contra."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções? Não havendo, vamos votar."

Submetido a Recomendação/Requerimento a votação, foi o mesmo rejeitado, por maioria, com dez votos a favor (sete do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP), dezasseis votos contra da CDU e uma abstenção do BE.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Desculpe? Não, não, depois da votação não tem sentido, não."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Posso fazer uma declaração de voto, se houve uma votação é permitido."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, apresentou o documento, eu perguntei-lhe se havia intervenções, desculpe lá, vamos seguir as coisas como elas são."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu posso fazer uma Declaração de Voto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, não vou dar a palavra para isso Rosa Pinto. Conheço, conhecemos, e de facto não tem sentido, teve a sua intervenção, teve espaço para defender a sua proposta e portanto, não está bem."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu só quero aqui relembrar que já apresentamos uma recomendação ao requerimento muito idêntica."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Oiça, exatamente por isso, não tem sentido. António Mestre a discussão acabou, peço desculpa, eu estava a dizer que a proposta foi rejeitada apesar dos votos favoráveis PSD/CDS e do PS e da abstenção do Bloco de Esquerda, foi assim? Pronto terminamos esta parte e nós vamos, desculpe?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Vamos apresentar recurso desta decisão."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhora, muito bem.

Vamos continuar e, portanto, passado este período passamos à intervenção dos Srs. Membros da Assembleia. Sr. Presidente, peço desculpa! Passamos à intervenção dos Srs. Membros da Assembleia sobre outos temas. Quem quer usar da palavra? Quem quer, peço que identifiquem, portanto temos um pedido de intervenção já do PS, dou a palavra ao Partido Socialista então."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Não podia deixar passar este período para referir duas situações, na freguesia da Quinta do Anjo ao Sr. Presidente da Câmara. Uma delas tem que ver, na Av. Dr. António Matos Fortuna, com um poste de cimento daqueles utilizados para suster os cabos elétricos, que está tombado e com a sua sapata em betão à vista, junto ao passeio da mesma avenida. É uma situação que já foi referida pelo Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de junho de dois mil e catorze e nada foi feito até então. Este poste encontra-se com a sapata de betão à vista, com um buraco que é o resultado ou o fruto da remoção dessa sapata, em linguagem recorrente dá mau aspeto e há muitas pessoas a utilizarem a avenida para correr, andar e está muito junto ao passeio e pode provocar algum tipo de incidente.

Outra situação, com uma proposta da nossa parte, tem que ver com a rua das Quintas em Brejos Carreteiros. É a rua que dá acesso à zona industrial da Lagoinha, chamemos-lhe assim, pela CM 1029, mais concretamente dá acesso à fábrica José Gomes Galo. É uma rua que é transitada por veículos pesados e que devido à pouca margem de manobra e à entrada da rua dificulta muito a entrada e saída de viaturas, sejam elas ligeiras quando se cruzam então com os pesados já é difícil. Mesmo já na rua em si, não tem a largura suficiente já para duas viaturas ligeiras é complicado se vierem em sentidos opostos uma viatura ligeira e uma viatura pesada, certamente a viatura ligeira vai sempre à berma não será o pesado. Ora é uma situação difícil e que todos os dias é recorrente, principalmente pela manhã com o uso da estrada, mas há solução. A solução que nós propomos é a proibição da circulação de viaturas pesadas nessa rua porque existe acesso pela Lagoinha, com vias mais largas, a toda a Zona Industrial, acho que não haveria problema nenhum em realizarmos isto.

Sra. Presidente, tenho dito. Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Tem a palavra o PSD/CDS, Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"A dada altura, numa determinada Assembleia, também fizemos uns pedidos de informação à qual o Sr. Presidente nos respondeu através do Gabinete de Apoio à Presidência em catorze de abril de dois mil e quinze. Isto tinha a ver com exemplos de algumas construções inacabadas e que se encontram e gostava de saber para não apresentar o tal requerimento que o António Mestre quer que eu coloque, que o Sr. Presidente ou a Sra. Vereadora nos pudesse aqui esclarecer.

Um dos pedidos foi relativo a um prédio em Aires, freguesia de Palmela, em que a informação que a Câmara nos deu é que tinha sido exarado despacho a doze do onze de dois mil e catorze da declaração de caducidade da licença e que o processo ia ser remetido ao GJF para os procedimentos inerentes à reposição

da legalidade. Queria saber se tínhamos mais alguma informação? Caso o Sr. Presidente não nos possa prestar agora essa informação poderá ser depois por escrito, mas se tiver essa informação.

A outra era relativamente ao processo E-143/94, moradia na Urbanização Portais da Arrábida, só com fundações e alguns pilares. Dizia-se aqui que também o processo ia ser remetido ao GJF para intervir em conformidade para repor a legalidade.

Outra construção em Vale de Alhos Quinta do Anjo, ao lado da Pastelaria Anjo Doce, aqui dizia no seguimento do despacho da Sra. Vereadora Fernanda Pésinho encontrava-se para procedimento contraordenacional incumprimento.

Por último a construção localizada em Cabanas, do lado esquerdo da via no sentido Quinta do Anjo/Cabanas, referia-se que o edifício estava na posse do banco que já tinha vindo consultar o processo e manifestou interesse no melhor desfecho para o mesmo. Portanto, sobre estas quatro situações se o Sr. Presidente nos pudesse facultar as informações.

Para além disso havia um outro prédio que eu identifiquei na altura, que é na rua da Papelaria nos Portais da Arrábida é o número dois que se encontra há anos construído, está em degradação e que nunca foi habitado é nessa rua o número dois, à data eu não tinha o número, mas forneço agora à Sra. Vereadora, número dois e, portanto, também sobre esse agradecíamos depois informação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Tem a palavra a CDU, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"Sim Sra. Presidente.

Queria colocar ao Sr. Presidente uma pergunta relativamente ao Mercado Municipal de Cabanas. Houve algum atraso no início das obras mas nós aí já não vou fazer a pergunta porque já recebemos a informação da intervenção, e até com uma descrição bastante pormenorizada, mas a minha pergunta é relativamente aquele troço da rua Miguel Cândido que eu sei que está inscrito, orçamentada, etc., mas é um troço, nós já tivemos oportunidade de falar nisto até nas nossas reuniões de trabalho anuais e não só, é um troço com muita intensidade de tráfego e muito utilizado pelas pessoas que moram em Cabanas e que vêm sobretudo da estrada dos Quatro Castelos e que em vez de contornarem a Avenida Visconde Tojal entram logo por aquele lado. Continua com uma zona de fresado, nós vamos tapando os buracos, mas é de facto premente, enfim, essa repavimentação e daí a minha pergunta se está previsto ou melhor não é se está previsto é para quando está previsto?

A outra pergunta também prende-se com a questão das hortas comunitárias, se há entretanto alguma evolução desde a última reunião que tivemos e que o projeto já estava feito, em que fase é que estamos? Ou melhor a primeira fase quando é que se prevê a implementação das hortas comunitárias no espaço que está definido para tal, o chamado Jardim das Oliveiras, junto aos Portais da Arrábida. Era isso Sra. Presidente as questões que queria colocar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Tinha outro pedido de intervenção ainda por parte do Partido Socialista, do Sr. Membro Fernando Coelho, é?"

O **Sr. Fernando Coelho do PS:**

"É sim. Ora muito boa noite Sr. Presidente, Sra. Presidente e demais colegas da Assembleia, Srs. Membros da Câmara Municipal de Palmela que se encontram aqui de serviço e a todos os Munícipes presentes.

Era para levantar duas questões, uma delas algo me preocupa, mas não sei se realmente estou a proceder como deve de ser ou não. é que nos terrenos do Airense, os terrenos que estavam destinados ao Airense, em Aires, encontra-se instalado agora da parte de trás um acampamento de caravanas, e o que me preocupou mais hoje foi uma estrutura já montada em ferro com um telhado em zinco, não sei se aquilo realmente são de pessoas que por necessidade tiveram de ser deslocadas para ali ou se é alguma coisa que transcende as normas a que devem ser aplicadas na questão do Parque de Campismo.

A outra é na estrada que vem da escola primária de Aires para a estação da CP existem uns arbustos do lado direito, logo ali na última vivenda do lado direito, que estão dentro da estrada e que nos obriga a nós a sair da zona e vir para o meio da estrada. Já se iam dando ali vários acidentes, não se deram porque alguns carros saltam para cima do passeio, e era bom que aquele arbusto fosse debastado um pouco para que, realmente, as pessoas tivessem possibilidade de passar sem ter que vir para o meio da estrada o que prejudica a circulação naquela zona.

É tudo Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra agora novamente a CDU, Nidberto Paiva, por favor."

O **Sr. Nidberto Paiva da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Tenho aqui três questões que gostaria de colocar ao executivo, nomeadamente o ponto de situação nas intervenções na vala da Salgueirinha e também na encosta do Castelo, na ribeira, na ribeira, e também tendo em conta as carências conhecidas ao nível dos serviços de saúde em Pinhal Novo qual é que é o compromisso governamental relativamente à construção do Centro de Saúde no lado sul?

Disse obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra Bruno Grazina do PS, por favor."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Boa noite, queria antes de mais cumprimentar todas e todos os presentes, na pessoa da Sra. Presidente.

Esta minha intervenção vem no sentido de requerer, ao abrigo do Direito da Informação do Estatuto da Oposição e do Princípio da Transparência da Administração Pública, sem prejuízo depois de poder apresentar isto por escrito, informações sobre o número médio de utilizadores do Espaço Cave em Pinhal Novo, informações se está prevista a aquisição de mais material - equipamento de som, e se sim gostaria de saber qual, e gostaria de requerer também informações sobre os contratos de prestação de serviços que possam existir para funções neste espaço, nomeadamente quem presta serviços, quais as funções, qual a remuneração ou compensação monetária e qual o período da prestação de serviços. É só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Não vi mais pedidos de intervenção, portanto vou passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para as respostas."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, restantes Membros da Mesa, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Jornalistas, Caras e Caros Munícipes, muito boa noite a todos.

Relativamente às questões neste período antes da Ordem do Dia, quanto à questão suscitada pelo Sr. Membro da Assembleia Ricardo Marques acerca de um poste, pela foto que consultei talvez por isso tenha sido a EDP que tenha tido dificuldade em dar com o poste, essa remoção já foi solicitada. Ela encontra-se num lote, num lote não, num espaço de terreno que veio à posse do município, cedência para equipamento, procuraremos fazer esse *pressing* ou mesmo os nossos próprios serviços farão a recolha do poste tão breve quanto possível, talvez também a vegetação em torno do mesmo não permita por vezes ver e tentaremos nivelar o terreno, porque se é onde eu estou a pensar, e creio já o ter visto, é de facto terreno do Município portanto compete-nos alisar o terreno, obrigado pela sua chamada de atenção.

Relativamente à questão da rua das Quintas, Brejos Carreteiros etc., parece-nos um assunto mais complexo, digamos que até a própria génese daqueles arruamentos levar-nos ia agora aqui a grandes dissertações, a forma como foi feita o emparcelamento, como é que alguns caminhos públicos de serventia depois se tornam, eu conheço por isso estou aqui com algum pormenor, arruamentos, levam topónimo, levam iluminação pública, e, enfim, apesar de haver outras escapatórias há utilizadores que…, nós procuraremos estudar isto com a nossa rede viária, e também com os utilizadores, para perceber se a sinalização será, de facto, eficiente e produzirá efeitos ou se temos que estudar outra alternativa, mas ficar-me-ia por aqui, vamos analisar o assunto e procuraremos depois contribuir para a redução ali de algum problema.

Quanto às questões suscitadas pela Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, Sra. Membro da Assembleia eu quero dizer que nós em matéria de fornecimento de informação aos Membros da Assembleia, volto a dizer Sra. Membro da Assembleia é preciso conhecermos o que se passa noutros municípios para valorizarmos aquilo que aqui fazemos. Nós demos uma informação como sempre quando nos é pedida, muito detalhada, documentada, com fotografias e com os exatos termos em que cada um dos processos estava à data. Aliás tenho aqui isso comigo, a senhora a miúde refere "ah! E tal ainda não respondeu, ou respondeu, ou falta responder melhor etc.," esta informação está super detalhada. Naturalmente passou algum tempo e é normal que alguns destes procedimentos quer de notificação dos proprietários, quer como aqui se dizia num dos casos há um banco que veio consultar o processo para saber se vale a pena terminar a casa, ou não, etc., tudo isto tem procedimentos, tem *timings* e desde que não constitua perigo para a segurança de pessoas e bens, face à urgência de outros processos é normal que haja aqui alguma dilação de prazos. Procurarei atualizar esta informação e enviá-la-ei por escrito antes do final do ano.

Quanto ao número dois a fiscalização dará conta dos procedimentos que fez e se não for a fiscalização será administração urbanística a dizer se houve algum desenvolvimento. Há aqui situações como esta das vivendas do banco, possivelmente até tem que ver com questões do Parque da Arrábida e com outros tipos de problemas de licenciamento e portanto são processos que estão a tramitar, mas daremos toda a informação até final do ano.

O número dois da rua da papelaria dos Portais da Arrábida, Sr. Vereador Adilo também vai lá mandar a fiscalização e depois faremos uma informação sobre o assunto, é o que lhe posso dizer.

Sobre as questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, Sr. Valentim Pinto, Mercado Municipal de Cabanas, houve, de facto, um atraso no lançamento da obra, não foi no lançamento foi na definição do tipo de obra, porque inicialmente previa-se apenas uma pintura tínhamos estado lá em abril na visita da Semana de Freguesia, depois houve uma proposta de uma intervenção muito mais pesada e acabámos por optar por uma intervenção intermédia com as caixilharias todas, pintura interior, exterior, verificação de telhados, enfim. Eu até julgo que terá saído hoje uma nota de imprensa sobre o assunto, porque eu recebo um alerta destas questões, a dar nota que inclusivamente o mercado poderá vir a estar fechado, isto foi visto com os operadores de trinta do onze a seis de dezembro, sensivelmente, a pedido dos próprios operadores que não se justificava estarem lá a fazer a obra e com eles mal acomodados.

Troço da Miguel Cândido, está em habilitação, o procedimento já foi feito, o concurso foi feito, está em habilitação de concorrentes, depois eles têm um prazo para apresentar documentação a ver se podem efetivamente fazer a obra e se têm tudo em ordem, mas vamos aqui fazer também uma intervenção através de outra empreitada global de remodelações e ampliações de rede de águas, que tem depois da grande intervenção feita na rua El Rei D. Dinis, o Senhor Presidente sabe que tem sido um alvoroço mas ao menos

fica já uma coisa já de futuro. Os *timings* que temos é Águas de Moura, voltou a ter uma rotura grave na sexta-feira na nacional 5, e Miguel Cândido onde vamos também aproveitar para fazer remodelação da rede para depois não danificarmos o novo tapete que aquele troço final há-de levar.

Sobre a horta comunitária de Quinta do Anjo primeira fase, penso que o procedimento está a decorrer, não estou a ver aqui a nossa Diretora, ah! está aqui, já começou a obra? Eh pá há umas que estão atrasadas outras começam depressa demais, até me ultrapassam. Eu tinha anotado aqui para lhe responder, eu sei que autorizei a obra, a despesa e que autorizei a despesa para a formação em agricultura biológica, mas não tinha a nota se já tinha começado, se já começou terá sido esta semana. Muito bem, então já começou, já há movimentações de terras no terreno.

Sr. Membro da Assembleia Fernando Coelho, terreno do Airense, pois bem se estão lá a aparecer caravanas, estruturas, etc., nós iremos amanhã mesmo mandar a nossa fiscalização ao local. Eu, por acaso, estive na segunda-feira na zona e até fui com a Sra. Vereadora para ver se já tinha arrancado a nossa ciclovia de Aires e fomos ver mais algumas questões no terreno e não reparei nesta situação, mas pronto a nossa fiscalização irá ao local.

Quanto aos arbustos que refere, nós também já tínhamos observado que, de facto, aqueles arbustos constituem um obstáculo para quem circula e sobretudo numa zona onde há também, e felizmente, o hábito de fazer caminhadas naquela zona. Eu estive lá também com o Sr. Vereador Adilo, na altura, na visita a um terreno de cedência, ao lado do chamado Colégio Real que está em construção nessa via e observamos esse aspeto, portanto procuraremos também através da nossa fiscalização notificar os proprietários para que possam tomar as medidas tidas por convenientes.

Quanto à questão ou questões do Sr. Membro da Assembleia Nidberto Paiva, a Ribeira da Salgueirinha a informação aqui deste período refere a elaboração do projeto, nós já apresentamos o estudo de impacto ambiental no dia onze de novembro. Recebemos hoje pedidos de esclarecimento e para mais uma reunião com a equipa que avalia o estudo de impacte ambiental por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, ou da CCDR, o meu Chefe de Gabinete tinha-me dado conhecimento disto hoje ao fim da manhã, e essa reunião também já está agendada e a resposta às questões a ser elaborada. Temos também já uma percentagem muito elevada de autorizações dos proprietários dos vários terrenos, por onde passa essa linha de água, para entrarmos em obra sem grandes problemas ou necessidades de expropriações, há da parte da generosidade dos proprietários entusiasmo por verem finalmente acontecer uma intervenção de regularização da linha da água e estão a ser bastante colaborantes. Notificamos, notificamos não, insistimos mais uma vez, agora não sei se hei de dizer anterior Governo, o anterior do anterior, o anterior que é só até amanhã, por causa da homologação para assinarmos o contrato, mas pronto oxalá assinemos o contrato já com outro Governo. Este é um processo que está a correr bem, e imparável, e que estimamos ter obra, obra dura no terreno, no final do primeiro semestre do próximo ano, porque entretanto temos a REN em alteração, em consulta pública, enfim há um conjunto de procedimentos. O projeto está terminado mas ainda vai ter algumas afinações em função do estudo de impacte ambiental.

Quanto à questão da Unidade de Saúde de Pinhal Novo Sul e o compromisso do Governo, bom o compromisso do Governo foi passado para um Protocolo que veio a reunião de Câmara, e que assinámos, ainda não recebemos homologação do Ministro, ao contrário da Ribeira da Salgueirinha, mas o Contrato Programa que assinámos tem como obrigações da Administração Regional de Saúde fornecer o programa preliminar, o que é que quer e pagar até ao valor de um milhão, cento e oitenta e quatro mil euros, aquela extensão de saúde. O Município, ultrapassando as suas atribuições e competências, já havia cedido em mandatos anteriores com um excelente terreno para o efeito, vai mais uma vez, e foi isso que levou de certamente também o processo a bom termo, ter de suportar os custos dos vários projetos de arquitetura e especialidades e também os acessos e arranjos de espaços exteriores, que estimamos que seja também um processo simples dado que ele está enquadrado já num espaço urbano mas tem sobretudo a zona do estacionamento e alguma arborização por implementar. Também temos oficiado no sentido de ter do lado de cá a homologação, por enquanto só temos a nossa decisão de contrato programa e a entrega na Secretaria de Estado e no próprio Ministério da Saúde, penso que foi estas duas questões que colocou, ou falou de uma terceira? Não?

Nas encostas do Castelo estamos a trabalhar contrarrelógio, a reunir com muita periodicidade porque, como sabe, foi também fruto da nossa insistência e diligências políticas aberto digamos que uma candidatura, um

convite, no âmbito do POSEUR para o Município ser, digamos, o dono desta intervenção. O POSEUR paga apenas oitenta e cinco por cento, são obras à volta de dois milhões e oitocentos mil euros mas os outros quinze por cento o Município naturalmente não quer pagá-los, já vai pagar muitas outras coisas, já anda a pagar muitas outras coisas. Nós pretendemos que outro organismo da tutela, nomeadamente a Direção Geral de Património e Tesouro ou Tesouro e Finanças, confundo sempre, e outras entidades venham a suportá-lo mas será sobretudo esta entidade que virá a comparticipar os restantes quinze por cento. Entretanto o que é que nós estamos a fazer? Estamos a reunir com o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, com um conjunto de parceiros com os quais vínhamos reunindo já nos últimos anos, mesmo numa data anterior já havia reuniões de acompanhamento daquele problema, mas nós amarrámos estes parceiros todos ao processo, amarrámos a Direção Geral de Património Cultural, a Agência Portuguesa do Ambiente, o LNEC, as Pousadas de Portugal, o Grupo Pestana, o Município de Palmela e a Direção Geral do Tesouro e Finanças e apresentámos-lhes, no último mês, várias propostas de protocolo para ficarmos todos amarrados e cada um com a responsabilidade de colaborar no âmbito das suas competências no processo, porque isto é um processo em que muita gente vai ter que trabalhar independentemente de quem financia, e se tudo correr bem até gostaríamos de levar este Protocolo à próxima reunião de Câmara. Mas sem termos a resposta final dos nossos parceiros não vamos levar um Protocolo, ele na reunião de sexta-feira passada ficou visado, ainda assim temos que porque estes organismos estão todos dependentes de tutelas e com as mudanças de Governo, não sei se os Diretores Gerais têm autorização para se comprometer com alguma coisa, vamos ver.

Sr. Membro da Assembleia Bruno Grazina, número médio de utilizadores Espaço Cave, pois faça favor fazer por escrito, mas quero remetê-lo para a nossa Informação Municipal porque tem aqui referência ao número de bandas e o número de utilizadores e número de ensaios, está na Informação Municipal. Quer de janeiro até agora? Certo mas já lá vamos, nós podemos fazer-lhe as contas Sr. Membro da Assembleia, nós dizemos quantos é que utilizaram desde janeiro até final de novembro e depois o senhor é só fazer as contas como dizia uma pessoa sua conhecida. Quanto a material, o material que está no local é o material considerado mínimo, tivemos alguns pedidos de renovação de material, mas eu quero aqui recordar ao meu amigo que, até sou músico também, algum do material que algumas bandas reclamam, é material que habitualmente não está nestes espaços nem nos estúdios. Cada um toca com a sua caixa e cada um toca com os seus pratos, ainda assim nós dotámos o orçamento de verba para melhorias e investimento no material. Quanto a prestação de serviços, o senhor disse que ia fazer por escrito e eu respondo-lhe com todo o gosto, há um reforço de mil euros para comprar material, agora quer que eu lhe diga marca do prato, ou se é mais um microfone ou duas colunas? Dir-lhe-ei, faça por escrito se faz favor. Depois quanto a contratos de prestação de serviços, nós temos um contrato de prestação de serviços com uma pessoa que dá apoio a dinamização de CRJ's e Espaço Cave. Quer o nome da pessoa? Mas o senhor fará por escrito, Senhor Membro da Assembleia para bom entendedor meia palavra basta, percebe? Eu sou Presidente de um Município que tem novecentos trabalhadores, tem várias unidades orgânicas, se calhar nenhum Presidente lhe respondia com o grau de detalhe, eu estou a responder aquilo que sei e que tenho de memória e que está aqui disponível neste documento, o prestador de serviço chama-se Alexandre Silva o valor da prestação de serviços não tenho aqui presente mas transmitir-lhe-ei, o senhor faça por escrito e terá a resposta."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

(Intervenção não audível na gravação por não ter sido usado o microfone).

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente peço desculpa, eu gostava também agora por defesa da honra que o Sr. Bruno Grazina, dissesse quais foram as minhas declarações em campanha eleitoral, faça favor de as reproduzir, faça favor de reproduzir as minhas declarações em campanha eleitoral, o senhor esteve presente na inauguração do espaço, faça favor de reproduzir as minhas declarações quando fizemos a inauguração do espaço e explicar-me se há aqui alguma incongruência. Tenha a bondade."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, Sr. Presidente continue as respostas."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito bem, mas penso que quem assiste a estes debates percebe quem está aqui para fazer política a sério e com verdade, portanto eu responderei com todo o detalhe às questões que o senhor colocou. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, terminou as respostas Sr. Presidente? Peço desculpa, dei a palavra para colocarem todas as questões ao Sr. Presidente. O Sr. Presidente já respondeu, portanto acho que agora vamos passar ao ponto um, que é o ponto da informação do Presidente.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"É que eu tinha-me esquecido de uma questão e estava aqui."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem agora o ponto de intervenção do Sr. Presidente da Câmara, se tiver questões que colocar coloca, está bem? Sr. Presidente tem a palavra.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não tem é som!"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, ouça, eu disse que agora dou a palavra ao Sr. Presidente para passarmos imediatamente ao ponto, um da Informação do Sr. Presidente e depois coloca as questões.

Sr. Presidente, por favor."

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Eu, enfim, tentei desta feita termos aqui uma introdução a este documento mais sintética do que o habitual ainda assim penso que é fundamental fazer a leitura para quem nos acompanha.

Do período a que se reporta o presente relatório, começo por destacar um ato de reconhecimento público, mais que merecido e há muito pensado, que foi a atribuição da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar às bombeiras e aos bombeiros que se distinguiram pelo zelo, dedicação, exemplar comportamento

no exercício das suas funções, ao longo de quinze, vinte e vinte cinco anos de bom e efetivo serviço, nas três associações do concelho. São parte essencial da defesa do nosso património e da proteção e socorro dos nossos munícipes, razão de ser do nosso trabalho.

O presente relatório reflete, em vários domínios do nosso investimento e ação, passos decisivos no sentido do cumprimento integral do programa de mandato, quer na concretização ou arranque de obras da responsabilidade do município, quer em investimentos da administração central há muito reivindicados.

No período em apreço, destaco a conclusão de algumas obras mas também procedimentos concursais que estão a decorrer, designadamente:

-Pavimentação do Aceiro das Sapatarias, concluído - Pinhal Novo;

-Pavimentação do Aceiro dos Arraiados, em curso - Pinhal Novo;

-Pavimentação do prolongamento da Rua Miguel Cândido, em habilitação de concorrentes - Quinta do Anjo;

-Limpeza e corte de vegetação em troços da Ribeira da Salgueirinha, concluído;

-Ampliação da rede de esgotos da Carregueira Ruas 1º de Maio em projeto ainda e 25 de Abril - concluído, não, falta o asfaltamento;

-Remodelação do Espaço de Jogo e Recreio de Aires - em curso;

-Reparação do Espaço de Jogo e Recreio da urbanização Nogueira e Matos - concluído;

-Remodelação do espaço envolvente sul da estação da REFER, em Venda do Alcaide, em curso, recordo que depois de termos criado o acesso sul estamos agora a fazer o arranjo paisagístico e o estacionamento;

-Centro de Recolha Oficial de Animais de Palmela, cuja obra também já está em curso;

Mas citar também duas centenas de intervenções por administração direta, na rede viária das quais se destacam mais de meia centena de reparações de vias e mais de três dezenas de reparações e execuções de calçadas.

Foram ainda concluídos para entrada em obra, entre outros, projetos de dois importantes investimentos:

-Ordenamento do estacionamento na ligação intermodal Sul (Parque Sul da Estação de Caminho de Ferro do Pinhal Novo), assim toda a gente entende, mas vai passar a ter esta designação, aliás hoje a partir da revisão ao orçamento, uma questão óbvia passa a ter esta designação por causa da candidatura a fundos;

-E também, concluímos o Projeto de Regularização da Ribeira da Salgueirinha, embora ele ainda venha a ser objeto de algumas alterações por via do Estudo de Impacte Ambiental;

Em curso, está também a implementação de medidas no âmbito do Plano de Ação para a Energia Sustentável no Concelho de Palmela (PAESP), um instrumento fundamental para cumprirmos, a nível local, o compromisso de reduzir as emissões de CO2 em vinte por cento até dois mil e vinte, através da utilização racional de energia e da utilização de energias renováveis, designadamente a instalação, neste período, de um sistema inteligente de iluminação na Biblioteca Municipal de Palmela, com uma redução de gastos de oitenta e sete por cento, e a apresentação de uma candidatura para o reforço da eficiência energética em edifícios municipais, entre outros.

O Município deu início, em outubro, ao Projeto Eco Famílias do Concelho de Palmela, um programa de educação ambiental e tutoria que, ao longo de dois anos, vai apoiar agregados familiares no uso eficiente da energia e dos recursos, sugerindo a implementação de medidas concretas e monitorizando o seu desempenho.

Setembro foi o início de mais um ano letivo e, antes do seu arranque, foram também executadas obras de beneficiação, aliás foram centenas até da responsabilidade das Juntas também, mas cito aquelas que foram feitas pela Câmara e que foram mais significativas do ponto de vista financeiro. Nas EB's de Cajados, Bairro Alentejano, António Santos Jorge, Algeruz-Lau, Salgueiro Maia, Matos Fortuna, Palmela2, Alberto Valente, José Saramago, Águas de Moura, Cabanas e JI de Vale da Vila. Toldos, coberturas, melhoramentos, janelas, enfim, muitas pinturas por aí fora. Foi ainda renovado o parque informático das escolas do 1º ciclo e jardim-

de-infância, com o fornecimento de cento e vinte e três *kits*, constituídos por computador, colunas e impressora.

A Ação Social e a Socioeducativa foram, este ano, reforçadas, sendo de destacar o alargamento dos horários do pré-escolar (antecipação do período de acolhimento e prolongamento no final do dia) e o apoio para livros e material escolar, que aumentou de cinquenta para sessenta e cinco euros. A cinco de outubro iniciámos o primeiro curso do ano letivo 2015/2016 do "Aprender a Nadar", que abrange neste primeiro curso, duzentos e setenta e quatro alunos dos agrupamentos de escolas de Palmela e José Saramago do Poceirão.

A Câmara Municipal promoveu, uma vez mais, a receção à Comunidade Educativa que contou com a parceria do Teatro O Bando, em cujas instalações decorreu este momento de partilha de informação, convívio e homenagem aos aposentados, durante o qual foi lançado o livro Memórias vinte anos FANTASIARTE, editado pela Câmara Municipal.

Em outubro, o Mês da Pessoa Idosa foi assinalado com um conjunto de atividades das quais se destacam o lançamento do Cartão Municipal de Idade Maior e a realização da IV Feira Sénior, no Mercado de Pinhal Novo.

Sob o tema *Entre Deus e o Rei. O Mundo das Ordens Militares*, decorreu o VII Encontro sobre Ordens Militares, no âmbito do trabalho do Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, que confirmou a sua expressiva relevância no panorama da investigação e divulgação internacionais sobre Ordens Militares, com uma grande densidade de conteúdos e a participação de várias dezenas de cientistas nacionais e estrangeiros.

Ainda na Cultura, este período foi muito rico em atividades dinamizadas pelo movimento associativo com o apoio do Município. A Festa das Vindimas, o Festival Internacional de Música de Palmela, a Festa de Todos-os-Santos, a Queimada, as produções dos grupos de teatro TELA, Teatro Sem Dono e ATA e o espetáculo de evocação do Cante Alentejano, aliás foram vários, destacaram-se entre dezenas de iniciativas nas diferentes formas de expressão artística que a população do concelho teve oportunidade de apreciar.

Particularmente bem acolhida foi a segunda edição da Feira Medieval que este ano registou vinte e oito mil visitantes e um grande entusiasmo da população, que integrou o desfile, trajados foram mais de mil e trezentos figurantes. A organização contou com dezenas de voluntários e o envolvimento de grande parte dos trabalhadores do Município que contribuíram de foram decisiva para o êxito do certame, desde a sua preparação e implantação aos três dias de feira. De uma dezenas de espetáculos, destaca-se a produção "Almenara", que foi um espetáculo concebido e produzido pelo Dançarte e pelo grupo de teatro PIA.

A segunda fase do Orçamento Participativo, correu com reuniões nas cinco freguesias, três plenários com os trabalhadores, a anteceder a preparação do Orçamento e Grandes Opções. Do conjunto de contributos que integraram os documentos previsionais será dado conta aos munícipes, numa reunião que está já marcada para o próximo dia quatro, no Cine Teatro S. João.

Ainda no âmbito da Participação, e com o início do ano letivo, foi retomado o projeto "Eu Participo", no Plano de Promoção de Participação Infantil e Juvenil no Concelho de Palmela. Destaco dois exemplos do trabalho em curso, designadamente, a proposta das alunas e alunos da escola básica Joaquim José de Carvalho para o parque intergeracional da Nova Palmela e a participação das crianças da EB de Águas de Moura no processo consultivo sobre o Centro Comunitário de Águas de Moura.

Uma nota sobre o resultado dos esforços persistentes desenvolvidos junto da administração central, já aqui falámos de alguns investimentos, no sentido de concretizar investimentos que consideramos prioritários e inadiáveis no concelho. Foi assinado pela Administração Regional de Saúde o contrato-programa para a construção da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Pinhal Novo-Sul. Está, por outro lado, em curso a operação para a Regularização da Ribeira da Salgueirinha-troço Pinhal Novo, que será cofinanciada a oitenta e cinco por cento pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente aqui o município participa com quinze

por cento. No mesmo sentido as diligências do Município junto da administração central levaram à abertura de um concurso específico para financiamento da obra de consolidação das encostas do Castelo, assumindo a Câmara Municipal os projetos e o acompanhamento desta obra, que garantirá melhores condições de segurança e a defesa deste monumento nacional e da sua envolvente.

Muito mais ações foram concretizadas neste período, em que decorreram também a Semana da Mobilidade, as Comemorações do Dia do Animal, a inauguração da horta comunitária de Palmela e o procedimento concursal para a horta comunitária de Quinta do Anjo, que já aqui falámos, entre outras. Estes são os principais destaques, mas naturalmente a leitura do documento, revela uma intensa e diversificada atividade do Município e dos seus parceiros no desenvolvimento do nosso território.
Sra. Presidente disse, estou ao dispor para as questões."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões sobre a informação do Sr. Presidente? Muito bem, então tem a palavra o Partido Socialista, José Carlos de Sousa por favor."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado.

Boa noite Sra. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia, Colaboradores da Câmara Municipal, Jornalistas, Público presente, uma boa noite a todos.

Enfim, sendo uma Assembleia com tanto ponto de Ordem de Trabalhos, não irei ser muito exaustivo em relação a estas questões da apresentação aqui do Relatório, gostava de fazer, no entanto, duas notas, são perguntas:

Primeiro, relativamente às ações interpostas contra o município continua a haver essas ações e portanto penso que seria relevante percebermos exatamente a que é que se devem. Houve mais três neste período, aqui no acumulado já vai em onze, portanto se houvesse possibilidade de haver uma relação de quais são e em que medida é que elas se preocupam, ou não com o município, porque estas ações contra o município têm um fator de preocupação de acordo com quem interpõe, o que é que está em causa, o valor que estamos aqui a tratar, se as questões dos orçamentos estão ou não contempladas aqui, se pensou nisto, se não, ou se são meras ações interpostas contra o município por causa de uma calçada ou de um poste que não está lá, essa era a primeira nota.

A segunda, tem a ver com a questão do orçamento e da estrutura da receita, pronto, uma estrutura pacífica em face ao orçamento proposto, penso que genericamente os números que foram avançados inicialmente serão números que serão facilmente atingidos em função daquilo que temos aqui.

Aqui na escrita, não percebo realmente o segundo parágrafo da estrutura da receita que fala de uma evolução negativa da receita, quando essa evolução tem efetivamente um acréscimo de sessenta e sete mil euros, portanto há uma evolução negativa em face de quê? Pronto, e a pergunta era esta genericamente para tentar perceber o que é que eu não percebi, em relação à receita e à estrutura da mesma.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais questões? Então Sr. Presidente tem a palavra, para responder."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa, há ações interpostas contra o município, elas são muito diferentes. Há desde questões pequenas de acidentes, a questões de urbanismo, de recursos, olhe pelo Parque por exemplo, o Parque deu pareceres favoráveis aqui há uns anos e agora põe em causa os seus próprios pareceres, curioso mas acontece com o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, coisas destas. Poderei dar-lhe uma informação mais detalhada quando tiver os elementos aqui à mão. Não tenho nota nos últimos oito anos que tenhamos tido, enfim, alguma condenação, há agora uma necessidade de cumprimento de uma sentença e é precisamente com a questão do Parque, ainda assim nós não somos penalizados é mais o munícipe porque tem que ver com a reposição lá de uma construção noutros termos,enfim. Mas procuraremos ter essa listagem e fornecê-la-ei ao Sr. Membro da Assembleia.

A segunda questão, peço desculpa, perdi-me."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Era a evolução negativa da receita."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Ah! Muito bem, pois bem o senhor observa bem e eu também observei porque eu também tenho essa nota aqui com uma dúvida. O que aconteceu, eu até chamei aqui o Dr. Paulo Pacheco porque não tive ocasião esta tarde de esclarecer isto, é que houve aqui certamente o aproveitamento de *"copy paste"* da informação anterior é que, de facto, eu penso que este parágrafo estava na informação de setembro em que verificávamos nos impostos diretos menos quinhentos e trinta e quatro mil euros e de facto o discurso não cose, porque lá em cima há um acréscimo de sessenta e sete mil euros e depois fala-se de uma evolução negativa em baixo, e de facto este segundo parágrafo deste capítulo da receita ficou da informação anterior, eu próprio tinha aqui isto assinalado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Permita-me só aqui uma nota, que era isto que eu estava aqui ainda há pouco a verificar com o Sr. Vereador Adilo, sobre as ações ainda as mais relevantes costumam estar no relatório do ROC, do Revisor Oficial de Contas, sim porque costumam fazer essa observação, até fazem…"

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Na altura só lá estavam salvo o erro a SIMARSUL, ou as da EDP, ou uma coisa assim do género."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sim, sim, porque nós também não somos ações interpostas contra o Município e algumas não é bem, não significa que sejamos nós os réus, eles é que não querem pagar é outra coisa, mas pronto procurarei dar-lhe esta informação com mais detalhe na próxima Assembleia. Hoje, por acaso, não trouxe o meu dossier onde costuma estar lá essa informação e outra, mas pronto, capacidade de arquivo e de carregamento."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente, mais questões? Rapidamente."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Antes de mais queria congratular-me, o Sr. Presidente tinha ficado de ver aquele abrigo de passageiros em Cabanas e já está devidamente reparado."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Só viu aquele?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Foram mais, mas aquele estava bastante degradado. Há um ainda degradado, quem vem de Quinta do Anjo para Palmela, que é do mesmo tipo que não é de vidro é daqueles plásticos e que ainda falta reparar. Haverá mais, com certeza, mas também não vamos fazer aqui a lista à exaustão, mas como este trajeto é o do percurso das escolas por isso é que consideramos mais importante mas, efetivamente, o de Cabanas já se encontra reparado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Desculpe, terminou? Há mais alguma questão? Então não havendo, vamos passar ao ponto seguinte da nossa Ordem de Trabalhos, que é o ponto dois, sobre a Derrama.

Sr. Presidente, quer introduzir a proposta por favor?"

PONTO DOIS – Derrama – Taxa a aplicar em 2016

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigada Sra. Presidente.

Ora a proposta enquadra legalmente a questão, explica que podemos lançar uma Derrama, sobre o rendimento das pessoas coletivas até ao limite de um e meio por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica, por sujeitos passivos que exerçam a título principal uma atividade comercial, industrial, ou agrícola. A taxa pode ser reduzida para os sujeitos passivos que tenham tido, no ano anterior, um volume de negócios que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros.

À semelhança do ano passado, para tentarmos aqui abreviar, temos aqui também como tem sido a evolução dos valores da Derrama arrecadados desde dois mil e onze e a estimativa que temos para dois mil e quinze, tínhamos no Orçamento e em princípio se vai manter, e o que propomos à semelhança do que já foi proposto o ano passado é que dado no caso das empresas com um volume de negócio até cento e cinquenta mil euros, aquilo que o Município costuma arrecadar situa-se na ordem das duas dezenas milhares de euros anda à volta dos vinte mil euros nos últimos anos, propomos por um lado isentar as que não ultrapassem o volume de negócios de cento e cinquenta mil euros e manter, obviamente, a taxa em um e meio por cento para as empresas com um volume de negócio superior a cento e cinquenta mil euros. Pensamos que desta forma estamos a dar também um sinal às pequenas e micro empresas.

Disse Sra. Presidente."

O **Sr. Carlos Caçoete da CDU,** ausentou-se da sala pelas 22:45 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta proposta. Tem a palavra o Partido Socialista Raul Cristóvão, por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Muito rapidamente para dizer que o Partido Socialista irá votar favoravelmente. Aliás é uma proposta que nós já fizemos há uns anos que era esta isenção até aos cento e cinquenta mil e, portanto, pensamos que ajuda-se o tecido que predomina aqui, que é uma pequena empresa.

Penso, contudo, que provavelmente estas questões da Derrama terão que evoluir para uma situação, se calhar, em que teremos que estudar a hipótese de poder vir a favorecer as empresas que criem postos de trabalho, que tenham uma relação mais direta também com o Município e, portanto, possam de alguma forma ver aqui também o outro lado da mais-valia da empresa a ocupar o território do concelho e não haver só uma isenção porque sim, e não haver só um pagamento porque sim. Teremos que, se calhar, encontrar aqui outras variáveis. Não é fácil, nós já tentamos fazer esse estudo e não é fácil sabemos nós mas, se calhar, numa evolução natural das coisas teremos que ir por aí. Vamos votar favoravelmente a proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Tem a palavra agora o Bloco de Esquerda por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

É para dar nota que esta proposta da Câmara Municipal de Palmela está em linha com aquilo que o Bloco de Esquerda tem defendido e, portanto, votaremos favoravelmente esta proposta. Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Mais alguma intervenção? Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora constato que, finalmente, todos defendemos isto. O Vereador da Coligação Palmela Mais também defendeu isto em anos anteriores e portanto vamos votar favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Bem, então, formalmente agora vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e seis votos a favor (quinze da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"O ponto três, Sr. Presidente."

PONTO TRÊS – Participação variável no IRS para 2016

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Participação variável no IRS para dois mil e dezasseis, nos termos do artigo 26.º da lei 73/3013, a Lei das Finanças Locais, o município tem direito em cada ano a uma participação variável até cinco por cento no IRS dos sujeitos passivos que aí tenham o seu domicílio fiscal, relativa aos rendimentos do ano anterior, calculado sobre a coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS. A referida participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida e comunicada à Autoridade Tributária até trinta e um de dezembro do ano anterior àquele em que respeitam os rendimentos.

Recorde-se que a participação direta no IRS, prevista desde a entrada em vigor da lei n.º 2/2007, é bom recuarmos para perceber este enquadramento, de quinze de janeiro, destinou-se a compensar, em parte, a redução das restantes componentes das transferências do Orçamento de Estado para os municípios, que passaram, com essa lei, de trinta vírgula cinco por cento para vinte e cinco vírgula três por cento. Atualmente essa participação das receitas do Orçamento Geral do Estado, com os impostos arrecadados do Estado Central, essa participação situa-se nos dezanove e meio por cento.

No município de Palmela a receita proveniente da participação no IRS tem tido o comportamento que aqui está descriminado, dois mil e quinze é esta previsão. Não estando disponível a Proposta de Orçamento de Estado para dois mil e dezasseis, não é possível identificar o valor real da participação municipal no IRS para o próximo ano. Contudo, tendo em consideração o aumento significativo das receitas dos impostos incluídos na repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios, com exceção do IRC que deverá sofrer uma ligeira contração, estima-se que a participação municipal no IRS em dois mil e dezasseis se situe entre os três mil cento e dezanove e os três mil duzentos e setenta e cinco milhões de euros, crescimento máximo de cinco por cento, que aliás constitui o limite legal do aumento das transferências do Orçamento de Estado, conforme estabelecido pelas regras previstas no artigo 35º da Lei n.º 73/2013, que atualmente também abrange a participação no IRS.

Assim, nos termos da legislação aqui suscitada, propõe-se que a Assembleia aprove esta proposta de participação de cinco por cento relativa aos rendimentos de dois mil e quinze dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Palmela.

Por ora disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Membros da Assembleia, tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Caçoete da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 22:50 horas

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Quanto a nós, na Bancada do Bloco de Esquerda, achamos que esta é uma medida que visa minar a relação de proximidade das autarquias com os seus munícipes. Ainda por cima esta medida é injusta porque distorce o princípio da progressividade do IRS, beneficiando mais os titulares de rendimentos elevados, caso haja um valor inferior aos cinco por cento aprovado em Assembleia Municipal.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, na Assembleia da República, atento a esta matéria propôs que a participação variável dos municípios no IRS pudesse ter em conta a progressividade do imposto com percentagens variáveis em função dos rendimentos do sujeito passivo. Nenhum dos Grupos Parlamentares

na Assembleia da República acompanhou a nossa proposta. O Bloco de Esquerda, portanto, votará a favor desta proposta de cinco por cento da participação variável do IRS.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Tem a palavra o Partido Socialista, por favor, Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigada Sra. Presidente.

No seguimento da posição dos nossos Vereadores em reunião de Câmara, e já vou ler parte da proposta que foi feita, este imposto continua a violentar as famílias portuguesas e que sendo universal assume um impacto significativo no rendimento das pessoas, a sobretaxa aplicada pelo Governo em dois mil e quinze constitui mais uma agravante e a perspetiva de devolução é quase inexistente, porque já se percebeu que vamos ter uma devolução em dois anos, mas não os trinta e cinco por cento que foi nos vendido.

As Câmaras Municipais podem contribuir para a diminuição dessas injustiças, e estamos a falar no caso de Palmela, num total de trezentos e onze mil na perspetiva que o Sr. Presidente aqui nos deixou seria quase o aumento previsível em dois mil e quinze e dois mil e dezasseis, um pouco mais é certo. Pensamos que esta redução de um por cento era uma proposta realista e não punha em causa a saúde financeira da autarquia. Por esse motivo, e uma vez que ela não foi aceite, e a proposta que vem à Assembleia é de cinco por cento iremos votar contra."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais intervenções? Quem é que pediu a palavra? Faz favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Era só para referir que a Bancada PPD/PSD.CDS-PP, irá votar contra esta proposta até pela questão de coerência de que a baixa de impostos não deve ser só por parte do Poder Central mas, também, do Poder Local e, de facto, grande parte das autarquias optam por devolver aos seus munícipes algum valor do IRS, sendo que a Câmara Municipal de Palmela tem outra opção, que é penalizar os seus munícipes.

Relativamente à questão da progressividade, é evidente que em relação a quem ganha pouco já é isento ou já paga taxas bastante pequenas, portanto, a verdade é que isto aplica-se à classe média que é aquela que acaba por ser sempre a que é mais sobrecarregada de impostos, mas a CDU entende que os seus munícipes devem ser sempre penalizados e devem sempre pagar pelo máximo, é assim tanto nesta como noutras propostas, é uma opção da CDU que cabe aos eleitores aferir, pensar e refletir. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Sr. Presidente, não vejo mais intervenções, pergunto ao Sr. Presidente se quer responder às questões, que não são questões, dizer alguma argumentação mais."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigada Sra. Presidente.

Pois claro que gostaria aqui de comentar alguns aspetos até para repor a verdade nalgumas asserções que aqui foram apresentadas e começaria por esta intervenção final do Sr. Carlos Vitorino.

Não o vejo preocupado com a questão da sobretaxa, nem com o brutal aumento de impostos que, felizmente o Governo vai ser reposto, no passado violentou os portugueses com esses impostos. Queria aqui recordar V.Exa. que isto não é uma questão das Autarquias, o IRS é um imposto nacional, o IRS não deve variar de território para território e é um imposto sobre o rendimento das pessoas. Naturalmente outras autarquias muito legitimamente entendem, ou porque não precisam dessa receita, prescindir de. Nós consideramos que o que é fundamental é rever o escalonamento do IRS, é conseguir tributar mais-valias e tributar, por exemplo, os rendimentos do capital como são tributados os rendimentos do trabalho, que eu não sei se o senhor sabe qual é a diferença de taxa entre uns e outros, e aí sim far-se-ia justiça social e o peso do IRS nas famílias seria, certamente, bem menor e naturalmente nós arrecadaríamos menos mas era uma forma justa.

Agora o que quero dizer a V. Exa., e a outras pessoas que defendem esta devolução, é que estes cinco por cento não compensam, nem de perto nem de longe, aquilo que foi tirado às autarquias e em particular a Palmela, porque nem todas temos a mesma estrutura de receita, e que seria seu direito próprio arrecadar o conjunto dos impostos do estado através da Lei das Finanças Locais, aquilo que tem vindo a ser sucessivamente retirado às Autarquias.

Dizer também que, para nós, é uma receita indispensável mas não é uma receita para pagar as SWAP's, as PPP's, ou os desvarios da banca. É uma receita para investir nas funções sociais, é porque nós conseguimos fazer muito mais justiça social reinvestindo em particular no setor da educação, onde também se faz apoio às famílias, e num outro conjunto de funções socias e através disto ninguém é excluído em função dos seus rendimentos, pelo contrario é quando fazemos essas políticas nós protegemos, de facto, aqueles que mais precisam, porque é essa a lógica da solidariedade social e do IRS.

Devolver um por cento de IRS significa, olhe para a generalidade das pessoas que têm até sete mil euros de rendimentos não recebem nada, mas eu tenho aqui algumas contas que fizemos. Duas pessoas, um agregado familiar médio alto taxa média de IRS trinta e sete vírgula sessenta e cinco por cento, uma família com sessenta mil euros de rendimento anual teria um benefício de duzentos e vinte e cinco euros, não é esta família que precisa deste benefício. Um agregado familiar de rendimentos baixos, taxa média de IRS de catorze e meio por cento com cerca de nove mil euros de rendimento anual, teria um benefício de treze euros. Esta família recebe muito mais da sua Câmara Municipal, a sua Câmara Municipal fica-lhe, fica-lhe não, não lhe devolve estes treze euros mas consegue investir muito mais nesta família através da descriminação positiva que faz nos apoios socioeducativos, através da possibilidade de participar no Aprender a Nadar, através de um conjunto de outras ações e, portanto, a justiça social não é prescindir de uma verba que ainda por cima ia favorecer aqueles que mais têm. Porque se, efetivamente, as pessoas têm mais rendimentos e pagam mais impostos é porque têm mais rendimentos e aqui nem é uma questão de classe média, eu também tenho filhos e não me importo das etiquetas se faço parte da média, da alta ou da baixa, acredito é que o município trata bem as famílias no concelho e não é por aqui que iríamos acrescentar algo a estas famílias.

É uma receita indispensável muito abaixo do valor daquilo que o município investe nas funções sociais, Educação, a Intervenção Social, Juventude, Cultura, Desporto, Tempos livres, é uma verba que é por direito próprio da autarquia e importa utilizá-la com ações, e com investimentos, para quem mais precisa e, portanto, tratar-se-ia, no nosso entender, de uma devolução cega feita sem critério de progressão, quem mais precisa recebe menos, quem menos precisa recebe mais e, portanto, por isso é que este princípio está errado no nosso entender.

Acho que era importante que o próximo Governo, efetivamente, acabasse rapidamente com a sobretaxa que pudesse efetivamente rever o escalonamento no IRS e que pudesse efetivamente começar a taxar o capital e as grandes fortunas e, certamente, aí sim as famílias iam sentir a diferença.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente.

Vamos votar então?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor (dezasseis da CDU e um do BE) e dez votos contra (sete do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta seguinte Sr. Presidente, ponto seguinte."

PONTO QUATRO – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2016

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Imposto Municipal sobre Imóveis é um imposto que incide sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos e rústicos. Da receita líquida deste imposto, nos termos da legislação, noventa e nove por cento destina-se aos municípios e um por cento às freguesias no caso de prédios urbanos. No caso da receita líquida dos prédios rústicos a sua totalidade, aliás, destina-se às freguesias.

Ao valor patrimonial apurado pela Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos da legislação aqui aduzida, é aplicada a taxa que as Assembleias Municipais aprovem entre três e cinco, entre zero vírgula três e zero vírgula cinco, para prédios urbanos. A taxa para prédios rústicos é de zero, vírgula oito e está fixada no Código do IMI (CIMI).

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da liquidação e cobrança do IMI nos últimos anos. Como é possível verificar tem vindo a haver um acréscimo significativo em dois mil e treze e dois mil e catorze, uma redução em dois mil e quinze e estamos a falar do valor da liquidação que como os Srs. Membros da Assembleia podem, e devem, confirmar não significa o valor cobrado pelo município e este é substancialmente inferior. Aliás em dois mil e quinze nós tínhamos estimado no orçamento inicial até a uma verba inferior àquela que aqui está mas isso por causa, estou já a antecipar questões, da obrigatoriedade de cumprirmos a regra do POCAL, que é a média dos últimos vinte e quatro meses.

Recorde-se que dois mil e quinze foi o último ano de aplicação da denominada cláusula travão, norma incluída no CIMI que impedia acima de um determinado montante a liquidação da totalidade do valor do IMI em prédios reavaliados, permitindo diluir o aumento verificado por vários anos. Assim, e de ora em diante, e caso não se verifiquem alterações será possível estimar com mais rigor o valor da liquidação anual que se irá progressivamente aproximar da receita deste imposto inscrita em orçamento, a qual por força das normas do POCAL resulta, como foi dito ainda há pouco, da média de execução dos últimos vinte e quatro meses.

Efetuando a projeção do imposto, incluindo o valor de outras cobranças, para o ano dois mil e quinze, a cobrar em dois mil e dezasseis, com a taxa máxima de zero cinco, a taxa atualmente em vigor zero quarenta e três e a taxa proposta zero quarenta, obtêm-se os valores no quadro que consta na proposta.

Quero aqui recordar, fazendo fé nesta percentagem média de cobrança de noventa por cento, que o ano passado com a redução que foi feita o município prescindiu de um milhão e oitenta e sete mil euros, este ano vai prescindir de mais oitocentos e quarenta e oito mil euros.

Nos últimos anos o IMI tem sido a principal receita municipal, representando no ano económico de dois mil e treze, vinte e oito vírgula três por cento das receitas arrecadadas, em dois mil e catorze, trinta e dois vírgula cinco por cento, prevendo-se para dois mil e quinze que represente trinta e um vírgula um por cento. No valor da receita global não se consideram as transferências de fundos comunitários, execução de contratos programa com a administração central e empréstimos, porque se não estas percentagens seriam, e vão ser certamente nos próximos anos, bastante alteradas porque à medida que há mais comparticipações comunitárias e investimento tudo isto, aliás isto é cíclico, acaba por ter outros indicadores.

Nos termos da atual Lei das Finanças Locais, que entrou em vigor em janeiro de dois mil e catorze, o financiamento autárquico passou a depender, ainda mais, desta receita na medida em que a repartição dos

recursos públicos, transferidos para os municípios através do FEF, desceu de vinte cinco virgula três para dezanove e meio da média aritmética simples da receita proveniente do IRS, IRC e IVA arrecadado pelo estado, valor que, de resto, tem sido sucessivamente suspenso em sede de Lei do Orçamento de Estado. As receitas de transferências do orçamento de estado baixaram, entre dois mil e três e dois mil e catorze, cerca de nove milhões de euros para cerca de oito milhões e meio, apesar da receita com os impostos que servem de base às transferências para as autarquias terem aumentado cerca de quarenta e quatro por cento no mesmo período. O problema é que elas não são transferidas.

A Derrama sobre o IRC também tem vindo a perder peso nos últimos anos, não só pelas alterações do método de cálculo e a receita da Derrama passou de cinco milhões de euros em média nos anos dois mil e três a dois mil e seis, para cerca de três milhões e duzentos mil, após a aprovação da Lei dois de dois mil e sete, situando-se a média dos últimos anos em cerca de dois milhões e trezentos mil euros. É importante falarmos aqui nos outros impostos porque isto trata-se de ter no cômputo geral dos impostos diretos um equilíbrio a rondar os vinte milhões de euros, que era aquilo que tínhamos em anos áureos, não é?

No que diz respeito ao IMT, dos cerca de mais de cinco vírgula cinco milhões de euros de receita média dos anos de dois mil e seis a dois mil e dez, passou-se para pouco mais de três milhões nos anos seguintes. A quebra do IMT, resultado da crise económica, será agravada no futuro, esperemos que não, pela sua eliminação gradual prevista na Lei de Finanças Locais, um terço em dois mil e dezassete, dois terços em dois mil e dezoito e o terço restante em dois mil e dezanove. Eu espero que o novo Governo altere esta lei e arranje aqui uma coisa que mesmo que substitua este imposto que não penalize as autarquias e que não tire esta receita às autarquias.

Nos licenciamentos as receitas baixaram cerca de quatro milhões de euros em média, entre dois mil e três a dois mil e oito, para pouco mais de um vírgula cinco milhões de euros, entre dois mil e nove e dois mil e catorze, com a agravante de nos dois últimos anos o valor ter rondado pouco mais de quinhentos mil euros.

Grande parte das quebras antes identificadas é óbvio que foram compensadas com o aumento das receitas do IMI, que subiram de oito vírgula sete para doze vírgula oito. Considerando a quebra das principais receitas da autarquia, impostos diretos, transferências e receitas de loteamentos e obras, e a necessidade de garantir uma receita global que assegure a continuação do serviço público prestado ao cidadão, a redução da taxa do IMI terá de ser gradual, como sempre dissemos, para que a receita global da autarquia não caia para níveis que comprometam o seu equilíbrio financeiro situação que foi devidamente recuperada nestes últimos três anos. Resta acrescentar que a despesa corrente da autarquia baixou de trinta e nove vírgula quatro milhões de euros, em dois mil e dez, para trinta e seis, vírgula dois milhões em dois mil e catorze.

Portanto a estabilidade e recuperação do equilíbrio financeiro não foi só à custa do aumento do IMI, como algumas vozes dizem, houve de facto para este equilíbrio orçamental uma enorme redução das despesas correntes, em particular das associadas ao funcionamento da nossa Autarquia e, portanto, só assim foi possível recuperar o equilíbrio financeiro sem, no entanto, deixar de fazer mais atividade e mais obra.

Assim, aquilo que tínhamos programado apontava para chegarmos a zero vírgula quatro no final do mandato mas entendemos, da monitorização permanente que fazemos do desempenho económico ou financeiro da Autarquia, que é já possível baixar para zero vírgula quatro este ano.

Depois, como a nossa proposta refere, não se resume a uma taxa a aplicar nestes termos, é preciso ter em conta estas outras propostas que aqui estão, porque há várias reduções, descriminações positivas, assim como há majorações para penalizar o abandono do edificado, neste caso não é? e, portanto, há aqui um conjunto de outras propostas que eu abster-me-ia de ler na íntegra que têm que ver com incentivos à reabilitação quer para o centro histórico, mas também para outros centros urbanos que foram zonados como áreas de reabilitação urbana tendo em vista revitalizá-los, promover o turismo, estimular o arrendamento jovem, propostas que aliás têm vindo a ser aprovadas em reunião de Câmara e os regulamentos têm vindo também a esta Assembleia. Assim há este conjunto de reduções para a área do centro histórico, para quem faz obras, para quem tem também as casas arrendadas, obviamente há majorações para quem tem prédios em ruína, ou devolutos, e a fazer perigar a segurança de pessoas e bens. Há também, que é esta a inovação, as tais minorações para as áreas de reabilitação urbana, cito zona de Pinhal Novo Sul, zona de Bacelos e outras, e desde que haja arrendamento aos jovens ou que haja obras também para reabrir depois com uso de comércio com venda de produtos locais ou mesmo obras de reabilitação também para serviços,

também há um conjunto de minorações e, portanto, a nossa proposta do IMI parece-nos ser este um caminho, um caminho ponderado, seguro, sério e que permite a sustentabilidade das contas da autarquia e ir progressivamente desagravando as famílias que têm, naturalmente, património e que tratando-se de um imposto sobre o património têm de o pagar.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Está aberta a discussão sobre esta proposta, quem deseja intervir? É um pedido envergonhado, não é? Se calhar pensando bem, não é? Tem a palavra o Partido Socialista, Raúl Cristóvão, depois o Bloco de Esquerda."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Estávamos a ver quem era o primeiro.

Sra. Presidente, no fundo a posição da Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal acompanha a posição que os nossos Vereadores já tiveram em reunião de Câmara e vem no sentido de anotar como fator positivo o decréscimo dos zero quarenta e três para os zero quarenta, é algo que nós temos estado a bater para ter chegado mais cedo mas, pronto, mais vale tarde que nunca chegou os zero quarenta, não vamos e não o tivemos como uma posição radical vamos bater-nos pelos zero trinta e nove que o ano passado tínhamos proposto, não, aceitamos perfeitamente o argumentar e a diferenciação positiva que a proposta da autarquia apresenta e, portanto, concordamos com ela, no entanto acrescentaríamos, aliás, como foi acrescentado a introdução da possibilidade de através do IMI familiar podermos, não chegando a todas as famílias, mas às famílias com filhos, com dependentes, nomeadamente conforme a Lei estipula com um dependente, dois dependentes, três dependentes, aqui de alguma forma dar um sinal positivo a estas famílias. É verdade que isto, ao contrário que alguns dizem, não é uma medida de caráter para a taxa de natalidade não favorece nada disso, isto é demagogia pura, é aquele sinal que nós achamos que ainda hoje as famílias necessitam atendendo à crise e como disse o Sr. Presidente, e bem, à fortíssima carga fiscal que nos foi imposta nos últimos anos.

O aumento do IMI nas contas da autarquia tem sido uma realidade, tem chegado aos números que nós sempre dissemos que mais ou menos íamos lá chegar e esta proposta de IMI familiar que nós defendemos, e que já foi defendida em reunião de Câmara pelos nossos Vereadores, é uma proposta que teria um impacto de duzentos e vinte e nove mil quinhentos e trinta euros e permitiria às famílias com um dependente retirar oitenta e nove mil oitocentos e noventa e dois, às famílias com dois dependentes, cento e treze mil e às famílias com três dependentes, vinte e seis mil cento e vinte sete. Isto são valores, retirando as percentagens, dez, quinze e vinte, conforme está nos escalões da lei.

Pensamos que, logicamente, tudo aquilo que foi deduzido das nossas, dos nossos Vereadores e de nós aqui reafirmamos uma diferença é que neste momento há duzentos e vinte concelhos, municípios, que já estão a aplicar o IMI familiar e portanto penso que Palmela poderia sem pôr em causa, mais uma vez reafirmamos isto, a estabilidade financeira e a saúde financeira da autarquia poderíamos aqui coerentes duzentos e vinte e nove mil euros a atribuir a estas famílias uma pequena ajuda.

Os valores, que nós falamos sempre nisto, no conjunto não sendo grandes individualmente ainda são realmente mais pequenos mas, hoje, em muitas famílias mesmo daquilo que era considerada a classe média cem ou duzentos euros faz alguma diferença e, portanto, nós temos que hoje olhar para o conjunto das famílias e para aquilo que era a classificação das famílias, classe média, média alta, média baixa, classe alta, hoje um pouco mais distendidos e sabendo que muitas vezes algumas delas, ainda se encontrando dentro dessa classificação nesses grupos, já não têm efetivamente o nível de rendimentos que tinham.

É verdade que é uma taxa que pode favorecer quem ganha mais, mas também acho que é uma taxa que também favorece quem ganha menos e nestas alturas eu penso que é importante favorecer quem tem mais

dificuldades mesmo que não sejamos totalmente justos e acompanho o Sr. Presidente quando diz que não é totalmente justo, socialmente justo, poderá não ser totalmente e socialmente justo mas é com certeza em si, trás em si, alguma justiça que nestes momentos pode fazer a diferença. Por isso, nós, embora votemos a favor da proposta da Câmara, achamos que deveria ter sido introduzida esta proposta do IMI familiar como um fator de ajuda para as famílias do concelho de Palmela e nomeadamente as famílias com dependentes. Tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Dou a palavra agora ao Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira, por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado Sra. Presidente.

Permita-me dar nota de que o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República, também, ainda este ano, propostas que recomendavam ao Governo PSD/CDS a introdução de medidas no regime do imposto municipal sobre imóveis que garantissem uma maior justiça fiscal na economia e salvaguardando o direito à habitação nomeadamente, impedir o aumento do IMI, reformar o IMI no sentido de conferir progressividade e criar uma taxa sobre a grande propriedade imobiliária, eliminar os benefícios fiscais no IMI, aos fundos imobiliários, ao estado, igrejas, colégios particulares e às instituições desportivas profissionais a atualização automática anual do IMI.

Quando abordamos a questão do Imposto Municipal temos que ter em linha de conta o seguinte:

A coleta de IMI tem crescido exponencialmente por causa da reavaliação dos prédios urbanos, resultante da ação do Governo Coelho/Portas. Foram tão brutais os aumentos que foi introduzida uma cláusula de salvaguarda que terminou em trinta e um de dezembro de dois mil e catorze, contra a vontade do Bloco de Esquerda.

O IMI é suportado em grande maioria pela classe média, que além de pagar à Câmara um imposto também tem que pagar a dívida ao Banco em resultado dos empréstimos contraídos pelas pessoas para terem habitação própria e permanente. Mas enquanto a classe média paga, e bem, há outros como é o caso dos Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Pensões e Fundos de Poupança Reforma que têm uma borla de cinquenta por cento no IMI, nos termos do artigo quarenta e nove do estatuto dos benefícios fiscais independentemente de qualquer decisão da Assembleia Municipal.

Assim se vê que este sistema de tributação do património que é da responsabilidade do PSD/CDS, repito, beneficia mais os ricos que os pobres. Quanto à proposta da Câmara de fixação do IMI para dois mil e dezasseis é de zero vírgula quatro por cento, temo que ela seja pouco ambiciosa para aliviar a carga fiscal sobre o património da esmagadora maioria dos munícipes do concelho de Palmela, que são aqueles que têm habitação própria e permanente, repito, habitação própria e permanente. Perante isto, perante estes argumentos, não resta outra alternativa, ah! Deixe-me acrescentar que apesar das descriminações positivas que aqui estão versadas na proposta da Câmara, pesa ainda esta taxa de zero vírgula quatro por cento para uma grande maioria dos munícipes em Palmela, por isso não tenho outra alternativa do que votar contra esta proposta. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O nosso voto vai ser contra esta proposta, não que não tenhamos proposto esta taxa e não tenhamos defendido já há mais tempo até, mas porque o nosso Vereador na senda da proposta que apresentou incluía para além desta redução da taxa também o IMI familiar, recordando aqui ao Partido Socialista que estamos

de acordo mas que fomos nós que trouxemos a esta Assembleia em fevereiro de dois mil e quinze essa questão, portanto nesse ponto estamos de acordo.

Relativamente ao IMI, e aos acordos celebrados entre o PS e o PCP e entre o PS e o Bloco de Esquerda no caso concreto, eu tenho aqui os acordos conjuntos e relativamente ao IMI só vejo aqui a introdução de cláusula que salvaguarda no IMI, portanto essas propostas que irão apresentar e que podem ou não ser aprovadas não estão concretizadas no acordo para a formação do Governo.

Portanto, neste caso, tenho só a referir que consideramos que o IMI familiar não teria um elevado substancial no orçamento da Câmara e portanto votaremos contra, muito embora dizemos que defendemos esta taxa já desde o início do mandato. E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra agora a CDU, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"Sra. Presidente, permita-me só uma nota introdutória breve, de algum modo o Sr. Presidente já abordou, mas queria só acentuar aqui um aspeto ou outro. Os Governos conseguiram com esta questão dos impostos municipais dois objetivos políticos, por um lado acabaram com o caráter universal dos impostos em todo o território nacional, por outro lado criaram uma espécie, digamos, de uma alternativa que é falaciosa à redução que fizeram das transferências orçamentais para os municípios, isto tudo em nome de uma suposta competitividade territorial como se a competitividade territorial se fizesse por uma espécie de *ranking* dos municípios e depois na comunicação social é dado um grande ênfase a esses supostos *ranking's*. Este objetivo político foi conseguido e estamos nós nas Assembleias Municipais por todo o país, perdoem-me a expressão "a entretermos a discutir minudências" quando as questões fundamentais estão naqueles que decidem ou têm decidido até hoje e decidirão na Assembleia da República.

Em relação à questão do IMI em concreto eu cito, hoje estou para as citações ainda há pouco do General Ramalho Eanes, agora isto retirado de um site de uma Câmara Municipal que eu já digo qual é, e que transcrevi de uma forma bastante rigorosa aquilo que o Sr. Presidente dessa Câmara diz e fala expressamente do IMI familiar: *"…o IMI familiar não é um elemento de política social que reduza as assimetrias dos rendimentos…"*. Isto é dito pelo Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, um independente de direita, não sei se é independente do PSD se é independente do CDS, mas é um homem da direita.

Bom o que quero dizer, de facto, é que esta dedução é um pouco ao contrário do IVA. O IVA é chamado de imposto cego que acaba por penalizar sempre as famílias com menores recursos, esta é uma dedução cega que favorece as famílias com mais recursos um pouco à semelhança, eu não conhecia confesso-vos não tem sido muito falado, do Imposto de Circulação Automóvel, que vai entrar em vigor a partir de dia um de dezembro agora do próximo ano, em que dá hipótese de reduzir o Imposto de Circulação Automóvel em cinquenta por cento, para famílias que tenham três filhos ou mais, desde que dois deles tenham até oito anos. Ora bem, o que é que nós vamos financiar com esta redução do imposto de circulação automóvel? É exatamente o exemplo que se aplica ao IMI. As famílias que têm mais carros e de mais alta cilindrada é exatamente isto, o imposto de circulação automóvel vai ser reduzido a partir de um de janeiro e repito em cinquenta por cento, critério: famílias com três ou mais filhos desde que dois, tenham menos de oito anos, cinquenta por cento de redução. Ora, obviamente, que quem não tem carro está a pagar para quem tem, quem tem um carro paga para quem tem dois, e quem tem um carro de mil e duzentos, ou de mil e trezentos de cilindrada paga para quem tem, eu percebo pouco de carros, mas suponho que serão carros de dois mil estou a falar dos BMW, dos Mercedes, enfim não vale a pena estar aqui a enunciar. Portanto isto é a expressão máxima da injustiça social e é exatamente aquilo que o imposto, esta suposta dedução do IMI familiar pretende fazer, é exatamente a mesma coisa que é acaba por beneficiar as famílias que têm mais rendimentos.

Aliás a grande questão está exatamente em sede de IRS e é aí que se coloca, porque é aí que estão, digamos acumulados os rendimentos, é aí que se coloca as questões das deduções nomeadamente pelo

número de filhos que aliás, neste momento, com aquela questão que o Governo PSD/CDS fez reduziu a cinco escalões, não é? E nós temos neste momento pessoas que têm de vinte mil a quarenta mil euros com o mesmo escalão de IRS, quem ganha de quarenta a oitenta mil com o mesmo escalão de IRS e portanto estamos neste caos completo.

É esta progressividade que deve de estar em sede de IRS, é que devemos defender e felizmente neste acordo entre os partidos do PCP, do PS, do Bloco de Esquerda, etc., foi conseguido que passássemos, ou que venhamos a passar, para sete escalões. O PCP propunha nove mas, enfim, são negociações e naturalmente nas negociações é preciso encontrar consensos, porque mesmo para sete já repõe alguma justiça nesta progressividade e é aí que se coloca a questão, porque há semelhança daquele exemplo, absolutamente caricato do Imposto de Circulação Automóvel este é exatamente a defender a aplicação do princípio da dedução familiar no IMI é beneficiar, de facto, quem tem mais posses.

Não é por acaso, e termino Sra. Presidente, que, de facto, esta matéria não tem sido consensual mesmo nos vários partidos políticos e daí que tenhamos por exemplo a Câmara Municipal de Coimbra que é presidida por um Socialista, Presidente da Associação Nacional dos Municípios, que não está a aplicar, temos a Câmara de Sintra que não está a aplicar, a Câmara da Amadora que não está a aplicar e tínhamos o caso de êxito da Câmara do Porto que é uma câmara da direita que também não está a aplicar, Matosinhos também não está a aplicar e é uma câmara de independentes, oh! Portanto não é uma questão tão pacífica como parece, infelizmente eu digo infelizmente politicamente porque muitas câmaras seguem o facilitismo e algum populismo e têm deduzido, espero é que essas câmaras que têm feito estas deduções não sejam daquelas depois como as que entram no PAEL e que a Câmara de Palmela, e outras, tenham que subsidiar como acontece com a Câmara de Palmela e outras tenham que subsidiar, como acontece com a Câmara de Palmela paga cerca de duzentos e setenta mil euros por ano para aquelas câmaras que se endividaram, que foram atrás deste populismo eleitoralista, etc., etc. Câmaras como Palmela que tem sido rigorosa nesta matéria às vezes perdendo votos, seguramente perdendo votos por esta coerência, mas está a pagar agora duzentos e setenta mil euros por ano para aqueles que não tiveram essa coerência e que em nome do populismo, do eleitoralismo e do facilitismo político, eu sei que isto é simpático, eu acabo já Sra. Presidente. Eu hoje estava a dizer a uma das minhas filhas, tenho três filhas, esta questão do imposto circulação automóvel e ela bem ficou satisfeita como é natural. Explicando-lhe um pouco mais na injustiça relativa que isto tem, claro que compreendeu de imediato que isto ia beneficiar quem tem mais carros e carros de mais alta cilindrada e o mesmo em relação ao IMI, portanto esta é a inversão completa daquilo que deve ser uma política redistributiva e que os impostos devem funcionar, digamos, como elemento de redução das desigualdades sociais.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Tem a palavra o Partido Socialista, novamente Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"É só Sra. Presidente para esclarecer uma coisa.

O Partido Socialista ao fazer esta proposta, tal como não a considera uma proposta que favoreça a taxa de natalidade também não a considera como um imposto social.

Ou seja, tem todos os defeitos que tem porque abrange todos e pode favorecer os que têm mais rendimentos, mas pode ter o benefício que dissemos que neste momento pode ajudar as famílias e, portanto, foi nessa perspetiva que o fizemos. As propostas, eu não quero autorias destas propostas porque o meu partido nunca faria uma proposta destas, faria sempre poderia incluir algumas coisas da proposta mas seria muito mais além, para já porque há famílias que não tendo filhos têm por exemplo idosos a cargo e que se calhar também deveriam estar vertidas nestes apoios para que tivessem, se calhar, também o direito a ter essas reduções visto que têm a cargo um idoso por vários fatores, não interessa aqui mas são vários, e que têm que tomar conta nas suas casas e, portanto, há aqui um conjunto de insuficiências na própria lei que na altura própria foram levantadas na Assembleia da República.

Nós estamos aqui é simplesmente nesta janela de oportunidade a propor que, sem que isso ponha em causa a saúde financeira da autarquia, duzentos e vinte e dois mil ou duzentos e vinte e nove mil euros, pudessem ser retribuídos às famílias de acordo com todos os defeitos que aqui foram ditos, com as quais concordamos nesses defeitos, achamos que o IRS vai, e pelo que sei e pelo que sabemos o que está acordado é que ele vá ter mais escalões e que sobretudo vá até ter um escalão zero onde em vez de se pagar vai receber algo para equilibrar exatamente ou reduzir os impactes negativos desse imposto, ser um imposto mais amigo das famílias e mais amigo daqueles que têm menos. Acho que o caminho que se prevê, e que se nós vislumbramos a partir de amanhã, poderá ser um caminho diferente ou deverá ser um caminho diferente, vai ser com certeza um caminho diferente e porventura daqui a um ano podemos não ter necessidade de estar aqui a dizer que precisamos dar cem mil, ou duzentos mil, às famílias do concelho porque houve uma recuperação económica dos seus direitos que são fundamentais para que se possa reequilibrar o tecido social e o tecido económico do concelho."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"Sra. Presidente peço-lhe desculpa, é só mesmo uma nota rápida que me esqueci aqui de um exemplo, que não sendo aquele que nós defendemos qualquer das formas pensamos que é um elemento que introduz aqui alguma racionalidade que foi o exemplo da Câmara de Lisboa que pôs um *plafond* no valor do imóvel, ou seja aplica a taxa familiar mas até duzentos mil euros de valor de imóvel. Nós não defendemos isto, obviamente, mas apesar de tudo introduziu aqui um elemento de alguma regularização daquilo que é o efeito perverso da dedução familiar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então estamos, Não oiça, isso diz o Sr. Presidente da Câmara mas o Presidente da Assembleia diz que já estamos com a hora avançada, diga lá."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Duas notas muito rápidas.

Será que eu sou uma pessoa rica, porque tenho uma casa com trezentos metros quadrados? Será que eu sou uma pessoa rica, porque a câmara permitiu ao construtor que todo o meu quarteirão tivesse garagens que são consideradas como rés-do-chão e tenho que pagar sobre esses cem metros quadrados de garagem o IMI numa habitação? Meus amigos, então e isto é descriminar? Então quem tem uma casa com trezentos metros quadrados, é rica? Mas porque é que é que tem a casa? Não, não, desculpe, disse isso claramente com a descriminação que se faz, o que acontece aqui na câmara é claramente uma coisa que, pronto não estava a pensar dizer isto mas vou ter que dizer claramente isto, há um abaixamento claro das receitas da câmara motivada pelos outros diferentes impostos e quem está a pagar isto tudo é quem tem que pagar o IMI.

É que nós, ainda por cima, fazemos contas àquilo que pagamos, aos noventa e quatro por cento que pagamos para a câmara e depois para o um por cento que pagamos para as freguesias, mas esquecem-se também que acaba a câmara por nos sorver cinco por cento que vai para o Governo e se essa taxa for inferior, aquilo que sorve aos munícipes é menor também da taxa que paga para o Governo e esses cinco por cento deixaram de existir aqui. Portanto a gente nunca pode comparar por exemplo, como o Sr. Presidente faz, a questão dos oito milhões de euros de IMI que recebia em dois mil e oito quando aí todo o dinheiro entrava aqui na Câmara, portanto não pode comparar esses oito milhões com os treze milhões que recebe hoje, da mesma maneira que não pode comparar os seis milhões de euros que recebia em dois mil e cinco com os treze milhões de euros que recebe hoje, porque o patamar é diferente.

Às vezes ouço-vos e penso, realmente, eu sou sempre uma pessoa prejudicada nestas coisas mas se calhar é mesmo assim ou seremos todos, eventualmente, nestas questões. Nunca ouvi aqui falar de taxa social única, etc., etc., pagamo-la todos, e o que é que aconteceu a cada um de nós? Começamos a ter menos

dinheiro certo? O que é que a câmara faz? Deixa de ter outros impostos, mas como não pode deixar de ter menos dinheiro carrega no IMI, é simples tão simples quanto isto.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente da Câmara para terminarmos quer intervir?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Eu gostaria de começar também por citar algumas questões, isto é um órgão político e para além de tentar sustentar o melhor possível a nossa proposta levar aqui a refletir com alguma pedagogia sobre aquilo que efetivamente está em causa.

A nossa proposta claramente traça um caminho de redução do IMI para todos, foi essa a opção do município. Não quisemos fazer como outros municípios que não reduziram o IMI, alguns até com o IMI ainda superior taxa de IMI superior à do Município de Palmela, mas que atribuíram, ou optaram, por esta redução do IMI familiar.

Queria dizer-vos que não vi um único fiscalista defender uma coisa diferente daquela que eu vou passar a citar. Desde o Presidente da Comissão de Reforma do IRS, Rui Duarte Moreira, ao próprio Nuno Oliveira Garcia, todos os fiscalistas a propósito desta medida e de um excelente artigo no Diário Económico, sobre esta falácia que este desconto que o IMI para as famílias arriscaria a beneficiar as famílias com mais rendimentos, diz que a questão está a montante. É que o IMI não é um imposto para ter em conta a família e os rendimentos, esse é o lugar do IRS e penso que nisto na generalidade estamos todos de acordo. Há que reformar o IRS para fazer justiça, com o número de dependentes, com o valor das deduções em despesas em que são despesas com a educação dos filhos, não estamos esquecidos que isso reduziu tudo e, portanto, estamos a desvirtuar aqui um bocadinho a discussão para depois levar a autarcas Socialistas e do Partido Social Democrata, esta proposta só foi retirada no Conselho Metropolitano porque entretanto já todos tínhamos aprovado em reunião de Câmara uma proposta subscrita por um autarca Socialista e apoiada por outros de outras forças políticas, que é mais uma vez é o estado a incentivar os municípios a abdicar da receita fiscal a favor dos munícipes sem qualquer compensação e sem que o próprio estado dê o exemplo reduzindo os impostos das famílias.

Já aqui foi citado a posição do Sr. Presidente da Associação Nacional dos Municípios, que muito corajosamente, e é obvio que já tem o IMI em valores muito baixos, muito corajosamente, não o aplicou em Coimbra e apelidou o IMI familiar de perversidade de política fiscal, na medida em que tenta criar o benefício para as famílias num imposto que incide sobre o património e que na sua opinião não faz qualquer sentido, e muitas outras opiniões acerca desta matéria.

Agora o que nós analisámos foi o seguinte, nós podíamos ter baixado para zero quarenta e dois ou para zero quarenta e um, mas considerámos que tínhamos que dar este sinal porque, efetivamente, ele é justo. Estabilizando a receita, tendo pago dívida como vamos ter oportunidade de falar a seguir, reduzindo-a muito substancialmente, tendo aumentado investimento, conseguindo reequilíbrio financeiro do Município tem que ser este o caminho. Não vou aqui antecipar o que é que vamos fazer no próximo ano, mas consideramos que é este o caminho baixar muito mais o IMI para todos.

Felicito o Partido Socialista pela sua coerência, os motivos do seu sentido de voto estão coerentemente bem justificados. Lamento que a coligação PSD/CDS-PP não aprove esta proposta, porque poderia fazer uma declaração de voto, isto é um convite eu estou preocupado com a vossa imagem, *"Eh pá ficamos muito tristes porque não aplicaram o IMI familiar mas, objetivamente, essa proposta do IMI familiar até podia vir numa coisa à parte mas não vem."* Nós consideramos que, primeiramente, há que baixar ainda mais o IMI, se tivermos condições para isso vamos trabalhar para isso. Do estudo que fizemos nós temos, como os senhores também receberam nós disponibilizamos toda a informação que nos solicitaram, o número de agregados familiares no município sem dependentes, com um dependente, com dois dependentes, com três

dependentes ou mais, estamos a falar de seis mil agregados, que corresponde a trinta e dois por cento dos agregados, mas é que há sessenta e sete vírgula trinta e seis por cento de agregados que têm casais jovens, desempregados, sem filhos, muitos reformados que hoje vivem sozinhos compraram a sua casinha que estão a pagá-la, que também têm dificuldades em pagar o IMI e, portanto, nós consideramos que a medida tinha que ser aplicada para todos, não quisemos ir atrás de algum populismo e de algum facilitismo termos que já aqui foram empregues.

Consideramos que esta justiça para as famílias tem que ser feita noutra sede e consideramos que temos de continuar a fazer o caminho do abaixamento da taxa de IMI no município e quisemos dar já este sinal e quanto ao próximo ano dependendo da evolução do comportamento e do equilíbrio financeiro do município estaremos cá para analisar com dados concretos, porque também foi aqui referido dantes dizia-se: *"Não, não, vou receber muito mais"*, mas agora já moderadamente já se disse: *"Pois é mais ou menos aquilo que a gente disse."* é porque eu tinha aqui as diferenças até preparadas se fosse necessário para ver que afinal algumas coisas que foram ditas quer por pessoas do público com as continhas hoje trocadas por miúdos, afinal há diferenças de setecentos e de novecentos mil euros e não houve mais pelo seguinte, as contas estão feitas Sr. Membro da Assembleia, é que os senhores esqueceram-se por exemplo, só nesse ano, recebeu-se e eu tive a oportunidade de vos dizer isso há um ano a essa parte, seiscentos e quarenta mil euros de IMI de anos anteriores e ainda há dívida de IMI por recolher. Oxalá a máquina fiscal recolha isso, porque quanto mais recebermos de anos anteriores mais podemos baixar a taxa de IMI.

Portanto sobre esta questão do IMI familiar, penso que já foram expendidos argumentos mais que suficientes para dizer que há outras formas de dar este sinal às famílias e que o caminho que encetámos nos últimos anos de abaixamento progressivo e agora de um saltinho maior, deverá ser esse o caminho. Em Palmela reduzir o IMI para todos é mais justo do que reduzir mais devagarinho e dar o sinal só para estes agregados.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia vamos, votar esta proposta?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor (dezasseis da CDU e sete do PS) e quatro votos contra (três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, proposta seguinte. Passamos à apresentação do Orçamento."

PONTO CINCO – Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Pois bem, a presente proposta está adaptada às exigências da nova Lei das Finanças Locais e incluiu, também, aqui outras inovações por opção do executivo pensamos que está muito bem ilustrada e descriminada. Mantém-se a impossibilidade de apresentar a programação plurianual do orçamento, em virtude de se continuar a desconhecer os elementos que devem constar do documento a elaborar por ausência de regulamentação específica, a qual podia ter sido publicada pelo Governo cento e vinte dias após a publicação da Lei das Finanças Locais.

Relativamente ao contexto económico e financeiro, este continua a ser marcado pela incerteza e por um crescimento incipiente dos indicadores económicos, o que se pode atestar, entre outros exemplos, pela

variação verificada no IMT (depois de dois anos de evolução positiva, apresenta este ano um tendência de decréscimo, o que reforça a ideia de que se tratou de um epifenómeno do mercado imobiliário e não de uma recuperação decorrente da melhoria sustentada do ambiente económico). Verifica-se também pelo ligeiro crescimento da Derrama e dos impostos indiretos, mantendo-se estes últimos em valores historicamente baixos. Este quadro não permite perspetivar um crescimento nos próximos anos do orçamento municipal, decorrente do aumento sustentado das receitas próprias ou das transferências do OE, muito acima dos quarenta milhões de euros. Esta realidade vai continuar a exigir uma gestão muito rigorosa, uma forte contenção na despesa, em particular a de natureza mais rígida, e uma busca permanente de ganhos de eficiência nas despesas de funcionamento, de modo a permitir continuar a libertar recursos para o investimento e para a atividade.

Claro que aquilo que acabei de dizer pode inverter-se a partir do momento, e já aparecem sinais no orçamento para dois mil e dezasseis, em que viermos a poder contar com Fundos Comunitários através de um conjunto de programas aos quais já apresentámos as nossas propostas quer no PACTO, quer recentemente a aprovação do PEDUR – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável e de outros instrumentos e, portanto, com o aumento dos Fundos Comunitários e, eventualmente, até com a necessidade de recorrermos a empréstimo para investimento para acompanhar este investimento das candidaturas, este valor acima dos quarenta milhões vai efetivamente concretizar-se.

Neste contexto emerge um facto inquestionável, há e nota-se, a recuperação da saúde financeira da autarquia, em resultado do grande esforço desenvolvido nos últimos quatro exercícios. São testemunho deste facto, entre outros: a ausência total de dívidas em atraso no quadro da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso; um prazo médio de pagamento inferior a 30 dias (a informação publicamente veiculada pela DGAL que atribui ao município prazos médios de pagamento superiores continua a enfermar de erro de contabilizar para este efeito as faturas incluídas em acordos de pagamento. Aliás, até por escrito, a DGAL já nos deu razão só que continua a querer fazer ela aqueles pagamentos e nós já dissemos aquilo que tínhamos a dizer mas nas contas do Município o prazo médio de pagamento é inferior a trinta dias.); a diminuição efetiva e materialmente relevante da dívida a fornecedores; a capacidade crescente para acolher novos investimentos nos documentos previsionais; o aumento da capacidade de endividamento; a disponibilidade para, sem comprometer o equilíbrio financeiro da autarquia, desagravar os impostos municipais, e quando referimos aqui os impostos é preciso dizer que nestes últimos dois anos nós fizemos reduções de taxas na ordem dos cinquenta por cento em média, em particular aquelas que constituem receita sempre um bocadinho mais pesada mas que, nos últimos anos tem tido pouca expressão, refiro-me às taxas urbanísticas; a recuperação progressiva dos apoios financeiros ao movimento associativo, são outros sinais desta saúde financeira.

A proposta financeiramente no Orçamento apresenta um valor global de quarenta e dois milhões quinhentos e trinta mil euros, o que representa um aumento de oito vírgula sete relativamente ao orçamento inicial de dois mil e quinze mas uma diminuição em cinco vírgula dois face ao orçamento atualmente em vigor, porque entretanto já metemos parte do saldo de dois mil e catorze em dois mil e quinze.

O conjunto dos Impostos Diretos totaliza vinte, vírgula cinco milhões de euros, registando um aumento de seis vírgula um por cento, e continua a ser o capítulo com maior peso no total da receita. O Imposto Municipal sobre Imóveis calculado com base na média dos últimos vinte e quatro meses, portanto só podemos pôr no orçamento esta média, é a principal componente dos Impostos Diretos.

As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado, o FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, o FSM - Fundo Social Municipal e participação variável no IRS totalizam sete virgula oito milhões de euros, valor igual ao de dois mil e quinze representam dezoito vírgula três das receitas e baseamo-nos nestes dados porque ainda não existe orçamento para dois mil e dezasseis, Orçamento de Estado.

Nos Impostos Indiretos e de Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor global de um vírgula nove milhões de euros, isto representa quatro vírgula quatro por cento do total das receitas. Finalmente, o capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, no valor global de dez vírgula nove milhões de euros, representa vinte

cinco vírgula cinco por cento do total das receitas o que representa um aumento de vinte e quatro vírgula nove por cento relativamente a dois mil e quinze, devido, no essencial, à aplicação das regras impostas da pela entidade reguladora ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, relativas à estrutura e forma de cálculo do tarifário da água e saneamento.

Os recursos financeiros são afetos às seguintes funções:

Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: vinte e um vírgula seis milhões de euros, portanto cinquenta vírgula sete por cento;

Pessoal: dezoito vírgula nove milhões euros, quarenta e quatro vírgula quatro por cento;

Despesas não imputadas às GOP: dois milhões euros, quatro vírgula nove por cento.

As despesas com Pessoal aumentam zero vírgula setenta e dois, relativamente ao orçamento inicial de dois mil e quinze. Este crescimento resulta em grande medida do facto de, por razões de prudência, se ter incluído a totalidade dos encargos com remunerações e abonos de acordo com as tabelas em vigor.

Facto muito relevante, depois temos aqui um quadro aqui na proposta que me vou abster de fazer a sua leitura integral, mas considero um facto muito relevante as receitas correntes financiarem a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de quatro vírgula seis milhões de euros que financiam despesas de capital, respeitando assim o princípio do equilíbrio orçamental do POCAL e a regra do equilíbrio é igualmente cumprida, existindo um diferencial positivo de dois vírgula sete milhões.

Nas Grandes Opções do Plano como aqui foi dito apresentam um valor de vinte e cinco vírgula dois milhões, dois quais vinte e um vírgula seis com financiamento assegurado, a restante verba tem que ver com verba a definir, aumentando dezanove virgula três por cento quando comparado com as Grandes Opções de dois mil e quinze apresentadas no início do ano.

Este Orçamento e as Grandes Opções refletem um trabalho e um esforço profundo no sentido de consolidação da situação financeira do Município mas, também, uma maior disponibilidade para o investimento e intervenção no território, é um orçamento realista com estabilização da receita mas com a confirmação que sem outros resultados económicos no plano nacional dificilmente poderemos projetar mais investimento necessário ao território. Aliás as receitas da generalidade das autarquias recuaram para valores médios de dois mil e dois, segundo a Associação Nacional de Municípios, e a difícil situação económica e financeira das famílias exige cada vez mais investimento do poder local que colmate as suas necessidades quotidianas.

As GOP para dois mil e dezasseis integram praticamente todos os investimentos que constituem compromisso do mandato, aos quais se somam outros que decorrem da própria dinâmica do desenvolvimento do território e da interação com as populações quer através dos processos participativos quer do aprofundamento do contacto e conhecimento da realidade das comunidades.

O município conseguir por outro lado como aqui já foi dito afetar investimento da Administração Central ao território no culminar de processos reivindicativos e negociações que liderou e que tiveram desfechos favoráveis em benefício das populações. Ribeira da Salgueirinha, Encostas do Castelo, Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Sul, são investimentos a concretizar neste período de gestão, ou pelo menos a iniciar, porque alguns até são plurianuais mas que vão mobilizar naturalmente também recursos do município financeiros, técnicos e não só. Estamos pois no início de um novo ciclo e a atratividade natural do território ficará ainda mais valorizada com os novos passos na sua qualificação que pretendemos concretizar.

Nas funções sociais, Educação, Saúde, Ação Social, Habitação, Serviços Coletivos, Cultura, Saneamento, Abastecimento de Água e Resíduos Sólidos constituem a maior fatia do investimento municipal com um total de treze milhões de euros, mais qualquer coisa, um aumento de catorze vírgula sete por cento relativamente a dois mil e quinze, às funções sociais estão imputadas direta e indiretamente setenta e dois vírgula dois por cento das GOP.

Queria aqui, a título de exemplo de algumas das funções sociais, falar-vos do investimento na ampliação e requalificação do parque escolar, Escolas Básicas e Jardins de Infância, a ampliação da Básica de Aires que vai arrancar, também as melhorias que vão ser concluídas no próximo ano das Básicas de Palmela 2, Básica de Águas de Moura, a António Matos Fortuna, Quinta do Anjo, que está previsto lá para dois mil e dezassete

dois mil e dezanove, Cabanas, Brejos do Assa, Poceirão 1, Salgueiro Maia, Pinhal Novo, Algeruz-Lau, Zeca Afonso, Vale da Vila e Lagameças e também Palhota que não está aqui referido, mas há investimentos em todos estes estabelecimentos de ensino, sendo que os mais significativos podem chegar aos dois milhões de euros com as grandes ampliações, e já agora dizer que essa verba só poderemos aceder a ela através das nossas candidaturas ao Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da AML que foram aprovadas. Estão ainda asseguradas transferências financeiras para as Juntas de Freguesia, nestas áreas, que em média ronda os trezentos e quatro mil euros.

Nos apoios socioeducativos há aumento no investimento com peso particularmente relevante nos transportes escolares que estimamos mais uma vez em um milhão e trezentos mil euros, pode haver depois afinações ao longo do ano, o programa de alimentação escolar, os auxílios económicos diretos, o aumento da comparticipação para livros e material escolar, que já foi referido cinquenta e cinco para sessenta e cinco, o alargamento de horário nos Jardins de Infância que não disponham de ATL. Também na área da Saúde dar aqui duas ou três notas, para além da Unidade de Saúde de Pinhal Novo há também nesta parte da saúde de referir o investimento que o município tem que fazer na Saúde Ocupacional, dos seus próprios trabalhadores, são obrigações legais da Autarquia, temos hoje uma nova, diligente e ativa equipa de médico, contratámos dois enfermeiros, exames médicos, equipamento de proteção individual, higiene e segurança no trabalho, promoção de ações de prevenção de doenças e riscos. Temos depois um conjunto de iniciativas e de ações em cooperação com o sistema local de saúde, sendo que estas questões da saúde tem ações a montante e a jusante e a prevenção que é transversal até a outras áreas do desporto, lazer, ocupação de tempos livres, acaba de ser determinante também para termos uma cidade saudável, não é Sra. Vereadora?

Segurança e Ação Social, no apoio às famílias a promoção de respostas sociais de suporte ao desenvolvimento pessoal e económico, a dimensão social das políticas municipais expressa-se no investimento em áreas de intervenção muito distintas, Educação, Apoio aos Idosos, Jovens, Desporto, Cultura, Saúde, mas também na descriminação positiva na habitação e ordenamento do território ou nos impostos e tarifários municipais que continuam a ter estas descriminações positivas e nalguns casos aprofundam-se. O apoio financeiro aos parceiros que interagem nestas áreas é também uma opção que tem em conta as relações de proximidade e a rede, porque é esta rede que agiliza várias respostas sociais. Temos uma rede social competente dinâmica e solidária e os programas específicos dinamizados pelo município constituem respostas cujos resultados são contínuos e reconhecidos: o Outubro Maior, o Mexa-se em Palmela, o financiamento municipal no caso do FIMOC para o Centro Histórico, o Programa Municipal de Combate à Violência Doméstica, e de igualdade de género também, há aqui também uma série de questões.

Na Habitação e Serviços Coletivos, o esforço na qualificação do território, dizer-vos que património, manutenção de espaços verdes e lazer, serviços de qualidade, abastecimento de água, redes de saneamento, há um aumento de vinte seis vírgula quarenta e três por cento relativamente a dois mil e quinze nestas áreas, que tem uma dotação global de oito vírgula três milhões de euros.

No Centro Histórico de Palmela temos várias ações candidatadas, para além daquelas que garantimos este ano com o financiamento ainda com o *overbooking* do QREN, temos intervenções a concretizar que se inserem no Plano de Ação de Regeneração Urbana, largo do Chafariz, alameda 25 de Abril, rua Serpa Pinto, enfim um conjunto de várias intervenções que a seu tempo serão também conhecidas. Destacam-se também as ações de requalificação de espaços públicos e eliminação de barreiras arquitetónicas, requalificação de infraestruturas e pavimentos, reabilitação de edifícios novos na Vila, eu não falei do Salão Nobre mas também está candidatado, amanhã vou estar com o Sr. Bispo de Setúbal estamos a trabalhar no projeto aqui para a recuperação da Igreja de S. João, o edifício das reservas museológicas, enfim.

No Saneamento várias obras de infraestruturação geral e também gestão de redes de águas residuais domésticas e pluviais com vários prolongamentos, mas temos ainda obras para concluir em Vale Flores, temos a infraestruturação da rua Zeca Afonso e travessa do Limoeiro, um compromisso de mandato, o início do processo de infraestruturação da Lagoinha-segunda fase que tem nove zonas de intervenção que têm de ser feitas por ordem por forma as infraestruturas interligarem-se, o início também da infraestruturação da Quinta do Sobral-primeira fase que está para o final do mandato, a consolidação da Encosta do Outeiro e muitas outras de menor dimensão mas todas elas muito importantes, infraestruturação da Carregueira/Fonte da Vaca que já começou na rua 25 de abril, mas que vai ter também prolongamento da 1º de Maio e outros arruamentos adjacentes, um faseamento da tentativa de ligação dos sistemas de drenagem Brejos do Assa e

Algeruz, uma zona muito dispersa e que não vai ser fácil estender a renda em baixa mas vamos fazê-la por fases. Na área do abastecimento de água é sempre necessário rever equipamento, novos investimentos na captação e tratamento, mas também reforço das estações de tratamentos e reservatórios.

Na área do Ambiente e Conservação da Natureza, há um acréscimo de setenta e um vírgula seis por cento. Recordo-vos aqui as principais obras no espaço público, reabilitação do espaço exteriores nos logradores da rua 25 de Abril, em Pinhal Novo, a beneficiação dos espaços exteriores na Terra do Pão, em Palmela, um projeto que vai arrancar já no próximo ano, conclusão do parque de estacionamento ligação Intermodal Sul, em Pinhal Novo, era bom que lançássemos a obra este ano estamos à espera aí de uma resposta da EDP, beneficiação da zona comercial de Águas de Moura/Nacional 5 em matérias de acessibilidades, beneficiação da alameda 25 de Abril/largo do Chafariz, requalificação dos espaços exteriores em Fernando Pó e depois, também, um forte investimento na contratação de serviços externos para manutenção de espaços verdes e zonas públicas, é um esforço financeiro considerável ora se nós temos um terço dos jardineiros que tínhamos em dois mil e cinco e com mais vinte anos em cima, de facto, e as dificuldades de contratação temos tido cada vez mais recurso a empresas prestadoras de serviço.

A Cultura terá um acréscimo de quarenta vírgula um por cento, há várias obras de reabilitação de equipamentos culturais, Castelo, quando falo do Castelo falo por exemplo dos terraços da Praça de Armas que ainda esperamos lançar este ano, temos obras muito pesadas cento e setenta e oito mil euros era o último orçamento para o Auditório e Biblioteca de Pinhal Novo, há também um aumento nalgumas rubricas nos apoios ao movimento associativo, vamos continuar a aprofundar projetos em parceria temos para o ano o Festival Internacional de Saxofone de Palmela, o Festival Internacional de Música de Palmela, o Festival Internacional de Artes de Rua. Temos uma série de projetos comunitários, programas e festas locais que também temos protocolos e que é um apoio substancial para manter esta dinâmica cultural no concelho.

Na área do Desporto, Recreio e Lazer, programas de desenvolvimento desportivo, judo, ginástica, basquetebol, atletismo, também reforço da atribuição de apoios ao movimento associativo, promoção da atividade desportiva, o "Mexa-se", programas para todas as idades. Voltamos a ter outro evento de grande dimensão na Área do Desporto, em Palmela, aqueles que estão programados e outros que estamos a pensar, este ano não estava programado o Granfondo e foi um enorme sucesso, mas temos no próximo ano o Campeonato Nacional de Orientação que volta a escolher Palmela como palco desta modalidade.

Nas Funções Económicas, as GOP de dois mil e dezasseis destinam dois vírgula nove milhões mais noventa e dois vírgula quarenta e dois por cento aos setores de Energia, Transportes, Comunicações, Comércio e Turismo. Temos na Indústria/Energia o Plano de Ação para a Energia Sustentável, nós vamos ter coletores solares em edifícios públicos, a eficiência energética nas Piscinas Municipais, entre outros, em estabelecimentos de ensino também. Temos várias candidaturas também na área da eficiência energética, ainda nas estações elevatórias de água um projeto vago que começamos há três anos, se não estou em erro, mas que vamos dar continuidade. Transportes e Comunicações as questões da rede viária sempre muito presentes, Aceiro dos Arraiados, Miguel Cândido, está aqui por isto acaba por ser pago no próximo ano temos que ter a verba aberta no próximo ano, mas vamos arrancar com a Abel Ferreira, no Poceirão, a rua 9 de março, em Águas de Moura, e muitas outras que não estão aqui descriminadas, mas posso desde já adiantar, são propostas do OP, a Julien Bruand, nas Lagameças, a Azinhaga de Mata Mouros, em Palmela, um troço na rua 5 de outubro, no Bairro do Pinheiro Grande em Pinhal Novo e muitas outras no âmbito da conservação permanente. Não está aqui descriminado mas queria explicar porque aparece lá à frente uma coisa chamada "Hub10-Plataforma de Conexão Inter-territorial", é um projeto intermunicipal que visa tratar aquela entrada poente no concelho na zona da Penalva, temos já o estudo prévio aprovado da rotunda, vamos fazer um novo caminho na Zona Industrial Vila Amélia em parceria com Setúbal, já temos protocolo assinado, rotunda, melhoria das acessibilidades, melhoria da rede viária. Esclareço que aqueles trezentos e tal metros de pavimentação do troço que estava em pior estado foi feito pela Câmara, quando alguém dizia que tinha sido feito por um particular porque era para levar refugiados para os "Quatro Castelos", anda lá esse boato na Quinta do Anjo é que não foi uma pessoa que me disse foram várias, atenção não está lá a placa porque aquilo é uma empreitada que tem várias zonas, fizemos um troço da Francisco de Assunção Pinho, a rua de Goa em Cabanas e aquilo está tudo dentro da mesma empreitada e alguém ainda não se apercebeu que aquilo foi feito pela Câmara. Fizemos agora a drenagem na rua dos Fazendeiros, na zona da rotunda, para que as águas não venham todas para a rotunda da Makro e vão também para o lado da

Quinta do Conde, mas aguardamos o resto da intervenção possivelmente será feita para o ano, assim que a STAPLES autorizar a utilização da bacia de retenção.

Nesta área Rede de Ciclovias, o Projeto "Ciclop7", é que envolvemos municípios vizinhos e de várias cores políticas, uma rede de ciclovias na península. Obviamente vamos prolongar a ciclovia até ao limite do concelho com o Montijo, a ciclovia de Quinta do Anjo está prevista para o próximo ano, Aires está adjudicada há-de arrancar nestes dias, e terá várias fases, e teremos depois reabilitação de outras nomeadamente da Vila Serena que precisa de reparações e de pintura.

Comércio e Turismo, Economia Local, Promoção Turística, Palmela Almenara, um projeto que temos também em parceria com Lisboa, Turismo Natureza, Enoturismo, Gastronomia e Vinhos, Turismo Cultural, aliás fizemos um excelente fórum e é bom, às vezes, quando algumas questões não são bem compreendidas, ouvir quem vem de fora falar de Palmela, e como fala de Palmela e dos resultados que temos obtido nestas áreas. A Feira Medieval, o Festival do Queijo Pão e Vinho, Mostra de Vinhos de Fernando Pó, Festival de Moscatel, voltará para o ano em grande força. Os projetos de participação e cidadania, Orçamento Participativo, (A) Gente do Bairro, Plano Municipal de Igualdade de Género, Plano de Promoção Infantil e Juvenil Eu Participo, enfim será um ano de muito trabalho e os próximos anos também muito bem projetados a nossa estrutura não tem pausas, não consegue descansar para tentar ter a tempo e horas os projetos, candidaturas, estudos prévios para aprovar, vamos ter muito trabalho, novos desafios, compromissos com a população, com as instituições e com as entidades e agentes económicos e sociais e culturais, com quem fazemos o desenvolvimento deste território.

Temos um território de trabalho, permanentes desafios, que tem crescente notoriedade, que se qualifica, afirma, um território, como eu disse na reunião de Câmara, de gente feliz porque gosta, porque é empreendedora, porque gosta de fazer e está empenhada em melhorá-la todos os dias e fazemos este trabalho, naturalmente, com um conjunto de parceiros no nosso território.

Sra. Presidente, acho que com as nossas equipas e o coletivo de trabalhadoras e trabalhadores do município, mas também um conjunto de instituições parceiras da comunidade, vamos continuar a valorizar a grandeza do concelho de Palmela com este instrumento de trabalho que aqui temos.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão, quem deseja começar? Tem a palavra o Sr. Membro José Carlos de Sousa, Partido Socialista."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

A discussão que é feita aqui na Assembleia Municipal tem contornos ligeiramente diferentes daqueles, nomeadamente na discussão do Orçamento, contornos completamente diferentes, eu disse ligeiramente, mas não é completamente diferente daquilo que se faz numa sessão da Câmara Municipal e, portanto, até tentando minimizar aqui o tempo da intervenção, o Sr. Presidente não foi culpado nisso, tentando culpar gostava de fazer três ou quatro comentários sobre o Orçamento sendo que a intervenção mais política será feita pelo Raul e que vem na sequência objetivamente daquilo que os Srs. Vereadores acabaram por se pronunciar na sessão de Câmara.

Este Orçamento vem na linha não dos quatro anteriores, como é dito a dado passo no preâmbulo, mas vem muito na linha dos dois últimos que são orçamentos muito mais contidos, diria eu. Mesmo assim estes orçamentos mais contidos, ou este orçamento mais contido que foi o de dois mil e catorze, acabou por empurrar cerca de cinco milhões de euros para o ano de dois mil e quinze. De tão contido que foi acabou mesmo assim por não conseguir concretizar aqueles cinco milhões de euros e empurrá-los para este ano.

E a primeira pergunta é: Qual é a previsão de saldo transitado para dois mil e dezasseis?

Olhando para a página vinte e seis do Orçamento, excelente grafia e excelente apresentação, é fácil percebermos que estamos perante aquilo que toda a gente entende como sendo os ciclos eleitorais e, portanto, o investimento situa-se sempre nas vésperas dos ciclos eleitorais, ou melhor das eleições. Se olharem para o documento é muito simples, em dois mil e doze tivemos cerca de seis milhões, quer dizer não tivemos porque também foram empurrados, mas estão aqui representados cerca de seis milhões de euros de investimento e em dois mil e dezasseis prevê-se a reposição desses mesmos seis milhões, página vinte e seis. Sendo que, por exemplo, em dois mil e quinze temos cerca de dois milhões de euros de investimento, portanto, é normal, são os ciclos eleitorais dirão alguns, é a forma como as questões e as orientações são mantidas, tidas, objetivadas, etc., etc., estou a constatar só não estou sequer a criticar nesta fase.

O Sr. Presidente diz que a proposta contem inovações, enfim, se conseguisse aqui esclarecer quais são as grandes inovações que conseguimos aqui ter…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Desde logo na apresentação do documento."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"É igual ao do ano passado, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É muito melhor, cada vez melhor."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Não sei é muito melhor…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Veja o do Montijo e veja outras câmaras, até cidades do nosso país."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Não me peça para ir ver outras câmaras porque eu vivo aqui, e não tenho que ir buscar outras"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Está bem, mas veja que é para comparar."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"É simples tenho ali um computador, abrimos e vimos aquilo que está nas outras câmaras, vimos e vimos tudo e podemos comparar, portanto não vale a pena circunstanciadamente mandar-me ver outras câmaras, porque eu quando quero vou ver."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Mas veja."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Membro da Assembleia faça lá a sua intervenção, vá lá."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Eu faria. Bom à frente, não eu vou ser rápido.

Portanto esta era a primeira nota. A segunda nota tem a ver que, mesmo assim, embora a saúde financeira seja uma saúde financeira muito melhor do que aquela que era em dois mil e nove, dois mil e dez por aí, é uma saúde financeira que ainda utiliza cerca de quatro e meio por cento do orçamento, ou seja um ponto oito milhões de euros, na amortização de capital em dívida e, portanto, é relevante de alguma forma que este valor ainda esteja aqui remanescente.

É evidente que se nós olharmos para aquilo que está plasmado na página cento e vinte e um, percebemos que ainda teremos enfim de tudo isto que está aqui porque havia aqui empréstimos a muitos anos, portanto estamos claramente ainda, tem aqui empréstimos possivelmente que eram a vinte anos ainda vamos no décimo oitavo, mas a questão grande vem essencialmente nestes dois últimos empréstimos. Sendo que, objetivamente, aquilo que vamos utilizar para pagar estes empréstimos permite, neste momento, uma capacidade de endividamento à autarquia. E a minha pergunta seguinte é esta: Aqueles três milhões de euros que aparecem sempre, quer na página vinte e seis quer depois nos mapas com verbas a definir, é previsível que sejam solucionados ou melhor inseridos no orçamento através de empréstimo bancário? Ou o saldo remanescente de dois mil e quinze é suficiente para que isso aconteça?

Depois, duas ou três notas sobre as ações. Fiquei fascinado não pelo valor, são sessenta e cinco mil euros, mas pelo arranjo dos logradouros da rua 25 de Abril do Pinhal Novo, uma questão que desde quase do século passado andávamos a tentar arranjar aqueles logradouros e finalmente arranjou-se sessenta e cinco mil euros num ano e sessenta e cinco mil euros no outro para o fazer. Depois fico muito satisfeito pelo facto de haver uma verba, só tenho pena de não ser já para o próximo ano, de cerca de cento e quarenta mil euros para um ano e cento e cinquenta mil euros para o ano seguinte, de uma campanha, um consórcio, um não sei, mas que prevê o combate à redução e à prevenção do abandono escolar. É premente que se dinamize esta questão do abandono porque ele existe, está encapotado, até porque aquilo que é colocado no MISI@, que é onde se coloca logo os numerozinhos todos no Ministério da Educação, omite todos os alunos que abandonam e os que estão em percursos alternativos, seja PIEF, seja PCA-Percursos Curriculares Alternativos, seja ensino vocacional, omite completamente e portanto saúdo muito esta iniciativa que me parece muito relevante.

Saúdo, também, a intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas das Encostas do Castelo de Palmela, também é uma questão que se fala há muitos anos. Só vi no orçamento cerca de um milhão e seiscentos mil euros para dois mil e sete e seguintes, mas já vi hoje no seu relatório, embora aqui neste pequenino não tenha conseguido chegar aí, falar desta intervenção. Deve de estar em fase de projeto possivelmente, li, não, ouviu-o falar nisso aqui, portanto gostava de tentar esclarecer quanto tempo vamos mediar tudo isto.

Depois há um decréscimo percentual das despesas correntes, nomeadamente com funcionários e colaboradores, são cerca de quarenta e quatro por cento, há uma redução dessa despesa, mesmo assim são cerca de quarenta e quatro por cento. A Câmara diminuiu em cinco anos, ou se calhar menos, o número de cerca de mil trabalhadores para novecentos, desses mil, eu não tenho esses números portanto se eu tiver errado dir-me-á com certeza, e dos cem que entretanto saíram terão sido aposentações, rescisões, portanto não houve, ou melhor, houve uma restruturação que foi em parte motivada por estas rescisões e por estas aposentações que deu este número. De qualquer forma ainda se tem que imputar cerca de quarenta e quatro por cento do orçamento ao pessoal.

Gostei de ver, também, independentemente daquilo que o Governo fizer em relação à matéria das reposições salariais, que já está aqui contemplado aqui no orçamento estas mesmas reposições salariais e portanto o tal aumento de zero ponto setenta e dois. Aquilo que não gostei, efetivamente, de ver aqui foi mais uma vez a perspetiva de substituição da Câmara Municipal de Palmela à Palmela Desporto, e porquê? Porque a Palmela Desporto no seu relatório diz que não é possível estimar qualquer aumento na capacidade

de autofinanciamento da empresa, e estou a citar, e temos aqui previsto cento e quarenta mil euros e cento cinquenta mil euros mais, além dos seiscentos mil que já são atribuídos pela compensação dita de preços sociais da Palmela Desporto, para os anos dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, então nós vamos assumir a manutenção dos edifícios? O que é que vamos fazer efetivamente, para que estas verbas sejam ali imputadas? Parece-me que estava claramente na altura de podermos, de outra forma, ter este tipo de manutenção, ou de utilização de recursos feita de uma forma que fosse a própria Palmela Desporto a assumir essa responsabilidade. Percebo que, com um orçamento como tem, que é completamente impossível pensarmos isto, mas o orçamento que tem hoje é aquele que tinha há dez anos atrás exatamente e, portanto, não houve progressão e não houve a capacidade de se enraizar, digo eu, no concelho em matéria daquilo que podia ser as suas receitas próprias e que tão plasmadas estão no contrato que foi assinado nos anos noventa.

E era só Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais pedidos de intervenção por favor? Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado Sra. Presidente.

Tenho aqui uma questão, duas questões aliás, para o Sr. Presidente da Câmara, em relação aos Transportes Escolares. Já reparei que tem aqui para este ano uma verba de setecentos e setenta e cinco mil euros mais concretamente setecentos e setenta e cinco mil e cem euros, e nos anos seguintes terá um aumento que chegará até aos novecentos e quinze mil euros, está previsto."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Transportes ou alimentação?"

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Transportes Escolares, estou na página sessenta e seis no ponto dois ponto um dois´."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Obrigado."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"A minha questão é a seguinte: tendo em conta que o pré-escolar também é do âmbito da Câmara Municipal de Palmela eu queria perguntar se não se podia alargar o transporte escolar a crianças de famílias carenciadas, havendo um levantamento através da Divisão de Educação e Intervenção Social, poderia haver um levantamento da Divisão de Educação e Intervenção Social, tendo como base o indexante de apoios sociais dessas famílias que não ultrapassassem determinados valores que correspondem aos rendimentos das famílias carenciadas para que essas crianças pudessem ser servidas pelos transportes escolares que é atualmente facultado a crianças do ensino básico, a minha questão era essa.

A outra questão tem a ver com a iluminação do Castelo. Sr. Presidente, eu andei à procura e não consegui ver, não consigo quantificar quanto é que custa a iluminação do Castelo de Palmela. Isto porque eu reparei que o Castelo está iluminado durante toda a noite, inclusive de madrugada, a minha questão é se será necessário que ele esteja durante todo esse tempo, pelo menos a partir da uma da manhã como acontecia

há uns dois, ou três anos salvo o erro, se se justifica esse gasto de energia elétrica podendo resultar aí uma poupança que pudesse servir para outros gastos no orçamento? É tudo, disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções por favor? Antes de voltar a dar a palavra ao Partido Socialista, pergunto se alguma das outras Bancadas pretende intervir? Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Efetivamente quero dar os parabéns pelo grafismo porque realmente na minha opinião melhorou substancialmente, aí concordo com o Sr. Presidente, no entanto este não é o Orçamento da Coligação e temos aqui algumas divergências que temos vindo a assinalar durante os vários anos, se é o caso da Palmela Desporto, também é o caso que referimos quando veio à discussão da ADREPAL na questão do que está aqui contido no esclarecimento do Orçamento.

Na questão das infraestruturas da rede viária já defendemos há alguns anos uma melhor calendarização das obras, de modo a que os munícipes pudessem ter a noção de quando é que a sua rua era alcatroada. Eu dei aqui um exemplo de uma senhora de Cabanas que sofre de problemas respiratórios e que não vê a sua rua contemplada há muitos anos, embora já tenha estado em plano tal como a estrada da Coca-Cola que foi parcialmente alcatroada numa parte. No entanto, embora estivesse deteriorada, a zona onde existem mais empresas é precisamente a que ainda não sofreu intervenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Continue, continue."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Estamos preocupados também e não percebemos, e o colega José Carlos já levantou essa questão, mas queria tornar a levantá-la relativamente aos empréstimos e ao saldo, também temos essa dúvida. O empréstimo que o Sr. Presidente, eventual empréstimo que fala dos três milhões, na altura que tivemos na reunião terá dito que era para essas novas obras que virão, mormente ao abrigo de projetos que aguardam aprovação. Mas mesmo dentro do endividamento da Câmara, e estando na margem de endividamento, a verdade é que todos os anos se contrai aquele empréstimo que nos dizem na proposta que é a curto prazo, não é?."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não é verdade, há dois anos que não fazemos esse empréstimo."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Depois o Sr. Presidente já me responde, se não se importa deixa-me continuar. Após a sua breve apresentação, eu agora farei uma brevíssima.

Relativamente aqui à questão do endividamento, e da negociação, com os bancos constatamos aqui que os *spreads* são mais altos, eu aí também dentro da senda da renegociação às vezes, se calhar, tinha que se tentar obter *spreads* mais baixos quando da negociação à banca caso conseguisse, não é? Só está aqui com um parágrafo que agora não vou aqui ler para não vos maçar porque todos temos esta apresentação. Com base nisso tudo, na não programação das obras da rede viária que há muitos anos se esperam, embora eu considere da parte do atual Presidente, nalguns casos, uma rapidez um bocadinho mais eficiência na execução de certas obras, isso aí tenho que dizer aqui, no entanto isso não nos levará a votar favoravelmente este orçamento."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções? Volto então à Bancada do PS que tinha um segundo pedido de intervenção, Bruno Grazina por favor."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Em primeiro lugar não posso de deixar de manifestar o meu agrado por verificar que algumas das propostas que já apresentei aqui anteriormente, noutras sessões, se encontram plasmadas aqui nas GOP, e isto na minha opinião é reflexo, e fator empírico, de que é feita oposição com seriedade e com pro-atividade e isto para mim é que são políticas de verdade, doa a quem doer.

No âmbito do orçamento, das verbas que estão aqui previstas e das opções estratégicas eu gostaria também de sugerir, já que também há propostas que são acolhidas e acho que é assim deve continuar a ser, que fosse tido em conta o estado de alguns arruamentos na zona sul do Pinhal Novo, que necessitam urgentemente de reparações visto que o atual estado em que se encontram coloca em causa a segurança dos condutores e dos peões que circulam nesta zona. Isto não é só a rua 25 de Abril, pior até que a rua 25 de Abril está a rua Afonso de Albuquerque onde também circulam muitos carros e onde passam muitos peões, uma vez que é das que se encontram em pior estado na zona sul e tenho a certeza que o Sr. Presidente conhecerá também.

Ainda noutro aspeto queria também alertar para o atual estado do jardim junto à rua Alberto Valente, que é ali junto ao espaço do mercado mensal do Pinhal Novo, em que a vegetação se encontra num estado que transparece algum abandono, onde as sargetas também estão entupidas e mal cuidadas, o piso é irregular e apresenta alguma perigosidade num espaço que é sobretudo frequentado por crianças e jovens. Existe também uma degradação de uma caixa de eletricidade que é extremamente preocupante e neste ponto aproveito também para fazer um parêntese, para deixar mais uma vez um elogio ao trabalho do grupo informal "Os Indiferentes", no que toca ao projeto de reabilitação de caixas de eletricidade, e que é um exemplo de pro-atividade, de vitalidade e de criatividade que pode mudar e dar uma nova cara ao espaço público e creio que poderia também ser expandido outras zonas do concelho e com o apoio mais forte ainda do município.

Para concluir noutro ponto, e que penso que também não envolveria um grande esforço desproporcional a nível financeiro, gostaria de sugerir que o município encetasse as diligências necessárias para ampliar a rede do *Wi-Fi* gratuito no Pinhal Novo, dado que atualmente apenas existe na praça da Independência, enquanto comparativamente aqui, por exemplo, com a Vila de Palmela que tem uma rede de *Wi-Fi* que abrange todo o Centro Histórico, Pinhal Novo é muito pobre neste aspeto.

Estas medidas penso que revestem-se de grande importância e não obrigariam a um grande esforço financeiro, são prioridades e são perfeitamente compatíveis com o orçamento que aqui foi apresentado, com as GOP's que foram aqui apresentadas e assim termino ficando com estas sugestões que espero que V.Exas. tenham em consideração como opções também a tomar.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais alguma intervenção? Então Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Obrigado.

Vou ser rápido porque isto amanhã é dia de trabalho, amanhã não, hoje, e como ainda não mudei de Ministro da Educação não sei o que é que me pode acontecer.

Mas para ser muito rápido até porque os dois intervenientes do Partido Socialista, quer o José Carlos Sousa quer o Bruno Grazina, já falaram daquilo que era fundamental em termos de aspetos mais particulares do

orçamento e reforçando aqui algumas situações que já foram referidas pelos nossos Vereadores gostaria, no entanto, de apesar de tudo lamentar aqui duas situações que nos parecem a nós, se calhar, poderiam e deveriam ser na nossa perspetiva ter outra atenção em termos orçamentais, nomeadamente a Segurança e a Ação Social e o Comércio e Turismo. São duas áreas que nos parecem que deviam ter uma importância diferente, o Sr. Presidente há-de dizer que há transversalidade e que há verbas noutros pontos e noutras rubricas que vão depois interferir nestes campos. Mas a verdade é que, nomeadamente, no Comércio e Turismo parece-me muito pouco para o potencial turístico e o potencial económico que o concelho tem. Nós achamos, Partido Socialista, que era e deveria ser já há muito uma prioridade da política da autarquia e continuamos a vê-la ainda pouco plasmada e pouca vontade para mudar esta situação.

Depois, para vos dizer que a abstenção que o Partido Socialista irá ter em relação a este Orçamento é feita com a responsabilidade de quem faz oposição, não porque sim, não para destruir, mas para percebermos um conjunto de coisas que não sendo o nosso Orçamento, logicamente nós teríamos com certeza outras perspetivas e outras opções, não deixa de ser um orçamento de consolidação da situação financeira, estabilização da receita e, portanto, mais realista até porque agora a questão do POCAL, mas mais realista vai já estar dentro dos valores que nós sempre defendemos que era o Orçamento da Câmara Municipal de Palmela e, portanto, nesse sentido por coerência, por responsabilidade e por exercer a política com base nesses dois valores, da coerência e da responsabilidade, o nosso voto de abstenção é exatamente não para forçar as diferenças que existem e que são significativas, mas para reforçar os aspetos que nós achamos positivos e que realçamos como medidas diferenciadoras daquilo que têm sido as políticas da câmara até aí.

Na verdade o que nos preocupa, a nós, é a qualidade de vida das populações, o que nos preocupa, a nós, é a saúde financeira da autarquia, porque isso pode favorecer o investimento e pode favorecer, e favorece com certeza, a qualidade de vida das populações, mas separam-nos, a nós, como já vimos nos pontos anteriores, as questões do IMI, as questões do IRS, são questões que nos continuarão a separar se porventura no futuro, mas como disse há agora aspetos que nós deveremos dar este voto nesta abstenção com responsabilidade e em coerência com o que dissemos, quer na Câmara Municipal com os nossos Vereadores quer agora aqui na Assembleia Municipal, salientando e terminando este não é o nosso orçamento mas este é um orçamento que pode apesar de tudo contribuir para uma melhor vida em Palmela, mas não é o nosso orçamento. Tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, pedia-lhe que tentasse ser o mais breve."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Acerca das questões do Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, pois é, há aqui alguns dados e alguns valores, depende do local onde nós nos colocamos para intelegê-los e, de facto, algumas das suas considerações esperava mais porque deixa-me um bocadinho triste, nomeadamente esta tentativa de ler o gráfico dos investimentos associando-a a ciclos eleitorais.

Sr. Membro da Assembleia, eu tenho-o por uma pessoa estudiosa destas matérias, e séria, e isso não é verdade, porque o senhor tem que considerar o que isto significa é que estes ciclos tem que ver com fundos anteriormente do QREN, e até não fomos mais longe porque percebendo a situação económica do país e do município em boa hora entendemos não utilizar oito milhões de empréstimo mas quatro e ainda assim dois mil e doze fez-se aquilo que se fez e ainda bem que se fez, mas obviamente isto tem que ver também com Fundos Comunitários que vamos receber e com uma coisa única que não acontecia ou pelo menos não vi acontecer há quarenta anos no nosso concelho. A administração central fez aqui umas escolas depois do 25 de Abril, um pouco depois, que é conseguirmos afetar para o nosso território, pela positiva, obras da responsabilidade da administração central, mas que vão passar pelo orçamento da câmara, portanto está explicado, não há aqui ciclo eleitoral nenhum.

Oxalá conseguíssemos ir buscar a variante. e vamos ter outro ciclo eleitoral, oxalá conseguíssemos ir buscar o pavilhão da Secundária de Palmela, o anterior Ministro, o anterior Secretário de Estado tem lá a nossa

proposta, já tem uma proposta de protocolo e esperemos que o novo Secretário de Estado que até é do concelho de Palmela, nosso conhecido e nosso amigo, venha olhar para aquela proposta do município e então…"

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Não estava incluído no acordo."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"…lá vai, não isto não sei que tem aquela coisa do governo de esquerda foram buscar aí um homem que já concorreu pela CDU, tudo bem, já foi do executivo, muito bem.

Mas o que interessa é dizer Sras. e Srs. Membros da Assembleia que é como a história do orçamento, ah! e tal até vai ter um bom orçamento. Os orçamentos são sempre bons quando são reais, são aqueles que temos e nós temos que fazer tudo aquilo que lá está previsto, isso é sempre um bom orçamento, mas pode e deve ser melhor porque se conseguirmos ir buscar outro tipo de investimento e outro tipo de financiamento, naturalmente vamos ter nos próximos anos orçamentos do município como nunca tivemos, embora já tivéssemos orçamentos estimados nesses valores, foram foi estimados, infelizmente as receitas não entraram nas taxas e foram à altura os senhores diziam que eram virtuais, pois bem estávamos a contar com as taxas. Oxalá tenhamos orçamentos dos cinquenta milhões, eu espero ter em dois mil e dezassete orçamentos de cinquenta milhões mas não é por ser ano de eleições é porque conseguimos trazer esse investimento para o território, mas para fazer esse investimento temos de ter saúde financeira porque só com saúde financeira é que o senhor pode ir buscar dinheiro emprestado.

Respondendo às suas questões objetivamente, e depois voltarei aqui a alguns gráficos, é que fala-me que cinco milhões de euros empurraram para dois mil e quinze. Não foram cinco milhões de euros, o senhor sabe o valor. Nós ainda temos um vírgula um milhões de euros que não introduzimos no orçamento deste ano e que, obviamente, estamos a guardá-lo é o nosso mealheiro, eu já lhe explico porquê, e prevemos chegar ao final do ano se calhar com um saldo à volta dos três ponto cinco de novo, mas grande parte deste saldo é porque temos obras a transitar e algumas sendo que temos sempre alguns atrasos, olhe ainda à pouco lhe falava quer dizer a EDP, uma coisa tão simples e nunca mais responde para lançarmos a empreitada agora chama-se "Ligação Intermodal Pinhal Novo Sul" do parque da REFER, ou uma ou outra obra que temos no nosso plano que vai acabar por ser paga no ano seguinte, embora tenha desenvolvimento físico este ano. Para além de acontecer questões dessa natureza e, portanto, essa verba tem que acompanhar o saldo, atenção que o saldo não significa que seja um lucro estas verbas estão afetas a investimento e têm que ser pagas nos anos seguintes, mas o que eu queria dizer-lhe é que também nestas verbas a definir, obviamente, está o saldo, estão as comparticipações das candidaturas e vai ter de estar o empréstimo.

E agora eu pergunto às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia, então nós temos candidaturas, vou dizer-vos este número pela primeira vez mas em breve sairá a informação escalpelizada de todos os projetos, é que não é só do PACTO da AML. Nós no PEDUS temos o Plano de Ação para a Reabilitação Urbana, temos o Plano para a Mobilidade Sustentável e temos outro Plano de Apoio às Comunidades Desfavorecidas, temos obra em todo o concelho e temos ações que estando agarradas a obras são essencialmente questões e materiais porque visam responder, dar respostas sociais a comunidades que não as têm. Não é que o orçamento não tem aí tudo ainda Sr. Membro, nem pode ter. Assim como eu não posso pôr aí as verbas enquanto não tiver contratos assinados, por isso é que muitas estão a definir e outras ainda só tem uma pequena previsão. Nós vamos ter, até dois mil e vinte, possibilidade de fazer obra de dezassete vírgula oito milhões de euros, então e o senhor não sabe que cinquenta por cento nós temos que ir buscá-los? Nós temos dinheiro para esses cinquenta por cento? Claro que não, nem nós nem nenhum dos outros municípios que concorreu e por isso vamos ter que recorrer a empréstimos, e qual é o problema? O problema era precisar de recorrer a empréstimo e não ter quem lhe emprestasse, ou não ter possibilidade legal de.

Ora, neste momento, precisamente com o percurso ponderado, e sério, que fizemos nós, por exemplo, só da passagem deste ano para o próximo ano passamos de cinco milhões para sete milhões de capacidade de

endividamento. Nós estimamos que basta pedir três milhões, e já estou a responder a questões da Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, porque apesar de nós termos lá os dezassete milhões eu estou farto de dizer às nossas equipas, nós para fazer isso se calhar conseguimos fazer isso sem gastar os dezassete milhões, temos que gastar menos não é? Mas, naturalmente, precisamos não vamos lá só com fundos próprios a não ser que tivéssemos impostos no máximo, não vamos lá só com fundos próprios, nós e qualquer outra autarquia precisa de recorrer a empréstimo para investimento, sempre foi assim toda a vida e não tem problema nenhum, vamos já aqui ver.

Endividamento, página treze, vejam nós baixámos mas pagámos capital, vinte e sete para vinte e dois milhões de euros e aumentamos dois milhões de euros de capacidade de endividamento. O senhor que sabe qual é a dívida, eu tenho aqui das câmaras da AML, dir-me-á: está bem eles podem ter empréstimos de trezentos milhões e quatrocentos milhões, claro têm capacidade para pagar têm orçamentos para isso, mas nós também temos Sr. Membro da Assembleia, nós não fomos obrigados como algumas autarquias da AML a pôr os impostos no máximo, ou a desistir de investimentos. Não, nós estamos é a conseguir fazer mais, até alguns que não estavam previstos, como este ano conseguimos já ir buscar em *overbooking* verbas para os nossos investimentos.

Contrair três milhões de empréstimo em dois mil e dezassete, dois mil e dezoito, o valor do empréstimo e os valores dos encargos são inferiores aos de dois mil e quinze, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto. E atenção foi, se calhar, uma desatenção, há dois anos que não há empréstimos de curto prazo no município Sra. Membro da Assembleia. Relativamente aos juros, os juros começaram com juros de cinco vírgula três hoje estão em dois vírgula oito, obviamente que nós renegociamos. Olhe não conseguimos renegociar lá com uns amigos das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, alguns poderão ser conhecidos da área do PSD/CDS, podiam já ter vindo renegociar os acordos porque desde maio que estou à espera e, atualmente, queremos falar com essa entidade e nós nem sabemos quem eles são, vejam bem o que é que este Governo anterior criou.

Relativamente, por exemplo, aos sistemas multimunicipais e é bom perceber o percurso que foi feito, os senhores recordam-se de quanto é que nós devíamos aos sistemas multimunicipais? Nós antecipamos um pagamento este ano. Sr. Membro da Assembleia José Carlos recorda-se das discussões que tivemos? Nós pagámos os tais vinte cinco, por cento da fatura e os quinze por cento, pagámos tudo antecipadamente, tudo pago e sem juros eles queriam com juros, não, não, está aqui tudo pago. A trinta de outubro a nossa dívida aos sistemas, entre dívida do acordo de pagamento tês milhões e quinhentos mil euros, eu expliquei-me bem, os vinte e cinco por cento e os quinze por cento da faturação corrente, porque o acordo de pagamento termina em dois mil e dezoito, mas vamos pagar tudo, mas sabem quanto é que estávamos, não é? E com a faturação corrente mais duzentos mil euros isto dá três milhões e oitocentos mil euros, veja os anteriores instrumentos de gestão previsional para perceber o percurso que foi feito. Aquilo que eu lhe falei é um pagamento antecipado e estávamos disponíveis para rever o acordo porque queremos pagar mais depressa, mas queremos juros mais baixos ainda, percebe? Mas blindaram-nos, na SIMARSUL blindaram-nos, na AMARSUL não. Na AMARSUL para o ano pagamos quatrocentos mil euros e fica tudo pago. Agora na SIMARSUL aplicam juros de mora e juros financeiros. isto ainda vai dar que falar, porque nós não desistimos da nossa tese e quando não vencemos no combate polÍtico, pode ser que a gente vença noutros planos, mas lá iremos.

Portanto, refuto esta leitura de círculos eleitorais, do saldo já disse ao Sr. Membro da Assembleia quanto é que estimamos ter, mas que há aqui dinheiro em trânsito. Saúde financeira na amortização do capital em dívida, claro basta ver o percurso que foi feito, as verbas a definir, obviamente, saldo comparticipações das candidaturas. Por exemplo, repare, apenas na Ribeira da Salgueirinha colocamos lá alguma verba, é a única que tem a homologação e ainda não tem contrato assinado, mas nós não temos verba porque não podemos parar, porque temos já contas para fazer nós temos que ter lá dinheiro para expropriações e para outras questões mas, em bom rigor, só lá deveríamos meter dinheiro quando tivéssemos o contrato assinado, mas não vamos prejudicar o desenvolvimento dos processos, dos projetos, porque está tudo em curso, não podemos parar. Mas é só uma pequena explicação porque noutras ações está tudo a definir ainda, não é? Ou então poderíamos ter posto já lá cinquenta por cento daquilo que achamos que vai custar aquela intervenção, mas isso íamos ter um orçamento irreal, já não era virtual, era mesmo irreal. Quando tivermos os contratos e as candidaturas feitas, a todo o momento seja através da alteração, se for algo que implique uma revisão temos instrumentos para fazer isso com muita regularidade.

Portanto, dos empréstimos e da amortização também já falei. Sobre a questão do abandono escolar, pois bem eu em primeiro lugar gostaria de dizer que esta não é uma competência das autarquias e espero que o senhor com autarca e como professor se lembre disso. Mas nós entendemos poder dar o contributo sem aceitar descentralizações forçadas de competências, e são programas que nós vamos tentar aproveitar através da qualidade de investimento dez ponto um do PACTO, redução e prevenção, vamos tentar criar sinergias, e mais, nós tivemos a preocupação nas nossas candidaturas quando o senhor conhecer melhor a listagem, de nalguns programas manter lá a definir, não vamos dizer já, e outros ter bolsas de instrumento financeiro para entidades locais porque as nossas instituições também precisam. Repare, suponha que a câmara municipalizava isto tudo e o dinheiro que vinha para o concelho era só para a câmara, não, nós temos, inclusivamente, programas onde temos reservas para que as nossas instituições que operam no território na área da Educação, na área do Social, possam ir ali buscar, através do município, verbas.

O mesmo com a Palmela Desporto, não há aqui nenhuma substituição é uma oportunidade. Ora se nós temos a oportunidade de ir buscar isto se outros municípios estão a ir, nós vamos. Vamos ao POSEUR mas também podemos encontrar outras soluções. Posso dizer-lhe que a Palmela Desporto não está à espera só desta solução, a Palmela Desporto está diariamente a fazer investimentos em eficiência energética e disso vai dando conta, já foi apresentado, já foi discutido, e tem mais investimentos para o próximo ano. Estaremos sempre disponíveis para fazer parte da solução e o equipamento é municipal, portanto não percebo quando referiu manutenções, não, não, aqui não há manutenções há investimento. Se fosse manutenções era uma ilegalidade, porque compete-lhes fazer. Foi para isso que a empresa foi criada, estou a falar de investimento portanto não confundir.

A candidatura da Encosta, quer perceber melhor o que estamos a fazer. Nós, neste momento, estamos a fechar um Protocolo com as entidades e não sei se percebeu bem, mas de duas deslocações que fizemos, vários contatos por escrito, inclusivamente interrompi férias para ir falar com o Senhor Secretário de Estado, e depois de não haver dinheiro a não ser para as Encostas do Castelo de Santarém, matéria que aliás teve de ir à Assembleia da República, levada por todos os partidos, porque naquele programa só havia dinheiro para as Encostas de Santarém. Perdoem-me a imodéstia, mas foi fruto do nosso trabalho e também da sensibilidade do Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, que foi ele que arranjou a solução com o do Ambiente, que nós conseguimos em período de férias fazer perceber a premência desta intervenção e até outras vieram, porque isto depois se fosse só para nós era complicado não é? E então acabou por Setúbal e Vila Nova de Gaia, virem pendurados neste pacote, mas nós conseguimos um pacote de dois milhões e oitocentos mil euros através do ambiente, porque aquilo vai ser trabalhado é nas Encostas, são questões estruturais na Encosta, é o ambiente, não é retocar as muralhas é na base, é na base que vamos intervir e é isso que estamos a trabalhar com os maiores especialistas nacionais nesta matéria e o que foi feito é um convite só para a câmara, mais ninguém pode concorrer para aquela obra e para aqueles pontos, e nós vamos ter que apresentar o trabalhinho todo feito até final de fevereiro, final de janeiro? Alguém que não vai de férias no Natal, mas pronto, e é nisso que estamos a trabalhar Sr. Membro da Assembleia.

Despesas Correntes e Despesas de Pessoal, às vezes fico na dúvida esta preocupação do pessoal, nós não temos, nós achamos que temos que fazer mais despesas de Pessoal, Sr. Membro, não sei se isso é uma coisa que nos divide, mas por uma razão simples é que eu preferia ter jardineiros do que ter *outsourcing*, é que eu prefiro continuar a ter sistemas de água e de saneamento na posse do município, ao invés de outros que tem muito menos pessoal do que nós porque têm isso tudo já não é em *outsourcing* é concessionado e, portanto, esta é uma opção. Por outro lado temos este magnífico território que é extenso e que requer muita gente a trabalhar na rua e precisamos de mais gente.

Sobre o Mapa de Pessoal falaremos daqui a pouco, poder-lhe-ei dar mais elementos só para perceber que foram naturalmente aposentações de diversas ordens, nunca tivemos que mandar ninguém embora felizmente, mas olhe que hoje há também muitas mobilidades, mesmo interserviços, e há muita gente que sentindo-se menos bem tratada na administração pública, dado aquilo que aconteceu com os seus salários nos últimos anos, mesmo no plano técnico há muita gente a deixar as autarquias, há muita gente a pedir licenças sem vencimento, por isso é que é que os lugares grande parte deles têm que ficar cativos no quadro, e hoje se precisamos de operacionais como pão para a boca para estar na rua, hoje também precisamos de mais arquitetos, pasme-se, precisamos de engenheiros em todas as áreas, mas temos é que equilibrar as despesas.

Portanto, Palmela Desporto esclarecido. Sr. Carlos Oliveira, transportes escolares, eu não sei se percebi bem a questão. Relativamente às cabimentações para os anos seguintes é uma reserva que nós temos que ter porque os contratos, até com as transportadoras, são plurianuais, com uma transportadora com outras os passes, enfim, é uma previsão mas essa verba aumenta se reduzir é porque nós fazemos mais por administração direta. Agora quanto à questão que coloca das crianças carenciadas, olhe sejam ou não sejam carenciadas quero recordar ao Sr. Membro da Assembleia que até ao 9º Ano é gratuito e portanto no secundário pagam cinquenta por cento. O pré-escolar não está incluído nos transportes escolares, a legislação não o permite e nós aqui já vamos mais além no caso da distância, como já tive oportunidade até em conversas particulares de lhe explicar, e a dispersão do nosso território. Hoje também estamos a rever também questões de rede, gostávamos de ter indicações claras do Ministério de Educação sobre a Carta Educativa que, geralmente, há quem diga que o atraso é da câmara, mas não a câmara tem o seu diagnóstico e tem o seu trabalho pronto, nós não temos é interlocutor. Nos últimos anos não tem havido interlocutor no Ministério, aliás ele já nem vem às reuniões do Conselho Municipal de Educação a maior parte das vezes. Esta questão social quando ela existe é tratada com outros mecanismos mas não é por via do transporte escolar, até porque a questão do pré-escolar é uma questão de proximidade, há redes familiares e há outras e não penso que seja por aí.

Iluminação no Castelo, bom a redução de custos é na ordem dos setenta por cento, vamos deixar avançar mais um ano ou dois para perceber é que, mesmo estando aceso toda a noite, aquilo que lá estava meio aceso, ora toda a noite ora nos dias a pagar ou nas noites a pagar, conseguia consumir mais do que aquilo que o sistema hoje consome. Quanto à questão de estar ou não estar ligado toda a noite por enquanto eu acho que está ligado à pública, pelo menos acende à mesma hora que eu já reparei. Mas temos aqui uma questão fundamental que é o problema da segurança e, de facto, passou a haver outra segurança e outro comportamento no Castelo. Mas registo a sua opinião, vamos tentar monitorizar, se os custos disparassem até porque hoje são muito mais leves e muito mais projetores, teremos naturalmente que rever o período de acendimento, mas aquele farol enquanto estiver escuro faz falta a muita gente. Há uns de outras localidades que não gostam, mas paciência.

Calendarização de obras rede viária, Sra. Membro da Assembleia as obras que estão calendarizadas na rede viária, Sra. Membro da Assembleia, estão a ser religiosamente cumpridas e quando me fala que ainda há pessoas que não sabem se a sua rua vai, não sabem porque não querem. Basta falar com a câmara, ninguém lhes mente, o que nós temos no nosso Plano Sra. Membro da Assembleia é aquilo que tivemos a preocupação de fazer, coisa que outras forças políticas não fizeram de dizer o nome todo dos arruamentos que nos propúnhamos asfaltar. Temendo que não conseguíamos fazer todos, não só temos esses todos incluídos em Plano, na rede viária estão todos, como já incluímos mais quatro e temos feito muitos outros que não estão descriminados que estão dentro, às vezes, daqueles pacotes da conservação permanente. Aconteceu com a rua de Goa, por exemplo, que não estava descriminada em Plano mas era um compromisso, e à medida que vai havendo debates com a população vamos percebendo algumas prioridades e é por isso que achamos que o Orçamento Participativo, não sendo de carater deliberativo ou co deliberativo sendo consultivo, tem respeitado um bocadinho o sentir das pessoas. Também quando sentimos que há *lobby* e abaixo assinados, nem sempre são esses que são incluídos, porque há outras razões, algumas até de natureza técnica, porque é que se pode fazer primeiro uma e não se faz outra, por causa da água, por causa disto, por causa daquilo. De uma maneira geral a calendarização dir-lhe-ei, sem qualquer risco tenho confiança naquilo que lhe estou a dizer, está a ser religiosamente cumprida. Aliás algumas obras até foram antecipadas como já tivemos oportunidade de ver, o aceiro dos Arraiados é uma dela foi antecipada.

Arruamentos zona sul de Pinhal Novo, sugestões do Sr. Membro da Assembleia, nós ouvimos e gostamos de registar todas as sugestões, naturalmente, também, temos o nosso critério de apreciação. Os arruamentos na zona sul do Pinhal Novo não constituem perigo para a circulação. Eu felizmente passo lá todos os dias e hoje até fui ver uma obra que estávamos a fazer de repavimentação por causa de dois rebentamentos de água e, portanto, conheço aqueles arruamentos como as minhas mãos. Aqueles arruamentos têm uma aplicação de "macrossil" que já acabou o seu período de vida útil, abrem menos buracos do que tapetes de betuminoso e estamos a estudar uma intervenção para a zona sul, não precisa de estar programada porque é uma ação de conservação, portanto, não precisa de estar aí que é para o ano, que é para o outro do género vamos pôr tapetes nas ruas da zona Sul do Pinhal Novo. Vamos intervir naquelas que são mais estruturantes e o que temos que reforçar lá, cuja empreitada já começou eu até perguntei ontem porque

não via chegar a algumas localidades mas a Sra. Diretora confirmou-me que já estamos no terreno, é sinalização horizontal que nalguns cruzamentos está a precisar de ser reavivada e algumas passadeiras também e portanto isso está previsto, mas temos isso também em estudo na área da conservação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, pedia que abreviasse um bocadinho."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Rede Wi-Fi, Hotspots, a Setúbal Península Digital está a reforçar. Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão, só sobre a questão do Turismo, tenho pena que não tenha estado no Fórum Turismo Cultural para ouvir o Presidente do Turismo de Portugal, nomeado pelo Governo, naturalmente o anterior, e o Sr. Presidente da Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, um homem do seu partido, para ver o que ele disse sobre o trabalho e sobre a estratégia de desenvolvimento turístico que temos para Palmela. É aquilo que eu digo, às vezes é preciso serem outros a falar de nós para percebermos. Mas quero aqui recordar, mais uma vez, essa questão do que é transversal, claro que é transversal. Sabe que grande parte do dinheiro da divulgação turística está na Comunicação, está nas Despesas Correntes, mas quero recordar-lhe um projeto vai ouvir falar dele que se chama "PRÁ ARRÁBIDA", é um projeto que tem turismo, património, tem turismo ligado ao património e tem turismo ligado à natureza, e um milhão e oitocentos mil euros. Se nós fizéssemos nessa área da atividade económica iluminações de Natal, cinquenta mil euros nas duas maiores freguesias do concelho e se calhar dez mil euros em cada uma das outras freguesias, eh pá!, estávamos a fazer uma grande dinamização turística. É só para lhe dizer que isto das rubricas não é aquilo que parece e portanto temos também investimentos como este projeto "PRÁ ARRÁBIDA" que vão ter circuitos pedestres marcados com o Parque, projeto "Janelas da Arrábida", tanta coisa, haveremos de falar nela a seu devido tempo, é um investimento que pode ir a um milhão e oitocentos mil euros, nós temos que arranjar cinquenta por cento."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente!"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Só uma nota final, é que nós também vamos buscar dinheiro para o turismo ao "Almenara" que também é um projeto turístico e vamos buscar dinheiro para o turismo, isto tem que ver com a validade da nossa estratégia e dos nossos projetos, ao Turismo de Portugal e à Entidade Regional de Turismo de Lisboa que promove o nosso território e que investe no nosso território."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, então vamos votar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento? Sras. e Srs. Membros da Assembleia, depois desta longa exposição, vamos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor da CDU, três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e oito abstenções (sete do PS e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO SEIS – Mapa de pessoal para o ano de 2016

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, pedia-lhe encarecidamente que fosse muito rápido."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É um instrumento previsional, com vigência temporal anual, que representa e incorpora a previsão dos postos de trabalho considerados necessários ao cumprimento dos objetivos da organização e ao desenvolvimento das atividades municipais, é uma peça fundamental de planeamento e gestão.

Para dois mil e dezasseis inclui um total de novecentos e sessenta e oito postos de trabalho, dos quais oitocentos e noventa e oito estão ocupados e setenta e um vagos, sendo que alguns destes, trinta e oito, estão destinados a salvaguardar situações nas categorias de origem de trabalhadores que se encontram, designadamente, em regime de mobilidade interna, ou intercarreiras, ou de categorias não consolidadas, ou em regime de substituição em cargos dirigentes, ou em períodos experimentais em outras entidades ou em licença sem remuneração.

Os postos efetivamente vagos em conjugação com os nove postos de trabalho a criar, visam fazer face a necessidades prementes de recrutamento no âmbito de procedimentos concursais, alguns deles a tramitar, ou com recurso ao instrumento da mobilidade intercarreiras e categorias com o objetivo de suprir necessidades prementes de serviço. O mapa considera, ainda, a extinção de dez postos de trabalho, um de coordenador técnico, um de encarregado operacional e oito de assistentes operacionais. Sendo que noutros sítios, enfim, eles também mudam de local.

Durante dois mil e quinze, é importante salientar que se efetivou a mobilidade interna na carreira de dezoito trabalhadores, até à data, entre os diversos serviços municipais, bem como a mobilidade interna intercarreiras e categorias, as quais, precedidas da concordância dos respetivos trabalhadores, tiveram subjacente razões de conveniência para o interesse público e permitiram adequar as competências às exigências funcionais dos diversos postos de trabalho, contribuindo para o incremento da eficácia e eficiência e consequentemente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, potenciando a elevação da motivação dos trabalhadores.

Aliás a mobilidade interna tem constituído um importante instrumento da política de racionalização e otimização de recursos humanos, permitindo atenuar carências ao nível da qualificação profissional, decorrentes das sucessivas e abruptas saídas de pessoal, por via da aposentação, mas também através da mobilidade para outros serviços públicos como já referi.

Desde de dois mil e dez que há fortes restrições à contratação e também depois em Lei do Orçamento de Estado passou a haver a impossibilidade de aumento da despesa global de pessoal. Este facto tem contribuído para o agravamento do défice de recursos humanos com prevalência nas áreas operacionais, embora se faça sentir também já nalgumas áreas técnicas e, portanto, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, ao abrigo das disposições legais aplicáveis propõe-se a apresentação do presente Mapa.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, alguma questão Srs. Membros da Assembleia? Tem a palavra o Partido Socialista, a Sra. Membro Elisabete Cavaleiro."

A **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS:**

"Muito rapidamente, até porque a hora já vai longa, parece-nos que do ponto de vista jurídico a proposta está bem fundamentada e não temos nada a apontar. Há pouco já foi valorizado o aspeto gráfico do orçamento em relação a esta proposta comparativamente com o ano passado, está mais clara, pelo menos as contas estão, olhei para ela e não me suscitou dúvidas. Já no ano passado andei aqui um bocadinho aflita para tentar perceber quantos lugares é que existiam, quantos é que haviam de ser criados. De qualquer

forma gostaríamos, também, de deixar em nota se fosse possível, futuramente, estas informações terem outro tipo de informação.

Anteriormente também já tinha pedido, tinha feito esse reparo não foi um pedido foi um reparo, em relação ao número de contratos a termo certo/incerto e, eventualmente, algumas prestações de serviço porque não constam da proposta mas se nós fizermos uma consulta ao site da autarquia temos aqui um levantamento de algumas prestações de serviço. Gostava, também, de alguma forma que isso fosse aqui calculado de forma também a esclarecer, ou a melhorarmos, este mapa de pessoal até porque também foi possível verificar, porque isto são números não interessa quem é se é o António se é a Maria, que algumas destas situações até se prendem, possivelmente, com situações transitórias para regularizar funcionários que em determinado momento estão com uma prestação de serviço e está a decorrer um contrato para regularizar a situação, é bom que assim seja até porque o PS não é a favor da situação precária de trabalho, nem na Câmara de Palmela, nem em sítio algum.

Tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Obrigada. Mais alguma questão? Por favor, Srs. Membros da Assembleia? Sr. Presidente se puder responder rapidamente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado.

Registo as observações feitas pela Sra. Membro da Assembleia, esclareço que obviamente que esse tipo de informação não pode, nem deve, fazer parte da presente proposta mas estamos naturalmente disponíveis para esclarecer o que houver para esclarecer.

Eu creio que neste momento temos cerca de onze, doze, avenças e todas elas têm sido discutidas em reunião de Câmara devidamente clarificadas, advogados, médicos, enfermeiros a meio tempo, o próprio apoio ao Gabinete da Vereação do Partido Socialista, enfim são onze, doze avenças. Teremos, possivelmente, mais uma ou duas prestações de serviços pontuais agora por causa de desenho, planeamento urbanístico PDM, coisas que resultam precisamente das saídas de alguns destes arquitetos que lhe referi e de engenheiros, ora para experimentar outras, enfim pediram licença sem vencimento, experiências profissionais e olhe acabamos de perder um arquiteto que foi para a Câmara de Barrancos e estamos a trocar com uma arquiteta da Câmara de Beja e aqui nem é preciso contrato, que é a questão da administração pública é mobilidade interserviços, mas pronto, não temos contratos a termo certo. Não há, digamos trabalho deste tipo no município e portanto são estes esclarecimentos que posso dar e estou disponível para dar ainda com mais pormenor, quando entender conveniente.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezasseis da CDU, sete do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE) e uma abstenção do PPD/PSD.CDS-PP. Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, proposta seguinte."

PONTO SETE – 3ª Revisão ao Orçamento 2015 e Grandes Opções do Plano 2015-2018

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Relativamente à 3ª Revisão Sra. Presidente, no capítulo da receita ela tem, enfim, a finalidade de por um lado reprogramar aqui algumas ações, dado que estamos a aproximar-nos do final do ano e algumas vão ter que saltar para o ano seguinte, fazer aqui alguns acertos e no capítulo da receita procedeu-se à inclusão da comparticipação para a elaboração do PEDU-Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Palmela, que foi candidatado a fundos comunitários e que obteve esta comparticipação de vinte e um mil cento e cinquenta euros.

Efetuaram-se, também, anulações no valor global de quinhentos e setenta e um mil e oitenta euros, que incidem sobre rubrica de impostos que estimamos não vir a receber, conforme a projeção que estava feita no Orçamento inicial, não se procedeu à inclusão do saldo de gerência, no valor de um milhão cento e nove mil, um restinho remanescente de um milhão cento e nove mil quinhentos e noventa vírgula oitenta e sete, em virtude de se manter a intenção de afetar a sua utilização ao financiamento de obras e projetos a candidatar ao novo quadro comunitário de apoio, Portugal 2020, cujos avisos ainda não ocorreram, não sendo por isso previsível a execução de qualquer despesa no ano em curso. O remanescente transitará para dois mil e dezasseis incluido no saldo de gerência de dois mil e quinze.

Na despesa, várias anulações nas despesas com Pessoal tendo em consideração a execução verificada à data, recordo que há aqui muitas mexidas em rubricas mas que também há muitas pessoas que vão de uma unidade orgânica para outra, mas isto, o saldo praticamente é zero mas ainda assim há uma anulação de despesas de pessoal.

Depois alterações às Grandes Opções do Plano, que eu procurarei ilustrar com alguns exemplos. Nas Funções Gerais reforço da dotação do projeto de Aquisição e Reparação de Máquinas e Viaturas; também do projeto Informação/Comunicação; Iluminação Cenográfica do Castelo, porque vamos comprar mais cinco projetores; Furos de Captação de Estações de Tratamento de Água, estamos sempre a precisar de novas bombas, etc., e isto é uma área em que temos que ter sempre equipamento de reserva para substituição; reforço da dotação da ação Remoção de Contentores seis metros cúbicos, vinte metros cúbicos; Monos e Velharias, que é aquilo que geralmente faz e esta rubrica inclui a recolha de monos; reforço da dotação Transferências para as Juntas de Freguesia – Limpeza Urbana – Acordo de Execução com a União de Freguesias Marateca e Poceirão, porque há dois trabalhadores do município com problemas de saúde grave e de baixas prolongadas e a União de Freguesias tem de contratar pessoas e, portanto, ao abrigo do Protocolo está previsto ser pago em dinheiro, e nós até já devíamos ter feito isto há mais tempo mas temos que esperar pela revisão, portanto só vamos fazer isto na próxima reunião de Câmara; diversas ações do projeto Aquisição e Instalação de Equipamento e Viaturas/Resíduos Sólidos; inscrição de nova ação de Equipamento Semafórico; reforço da dotação de ações do projeto Promoção Turística, tem que ver também aqui com algumas aquisições de peças de iluminação de Natal; reforço da dotação da ação Amortizações de Dívida – Empréstimos a Médio e Longo Prazo.

Para além dos reforços enunciados houve anulações nas GOP no valor global de um milhão, cento e trinta e cinco mil, cento e três euros, decorrentes, no essencial, de alterações de programação cuja execução financeira ocorrerá total, ou parcialmente, em dois mil e dezasseis ou de verbas excedentárias de dotações de ações já concluídas cujo valor final acabou por ser inferior ao inicialmente previsto, isto é normal fazer-se.

O total do Orçamento após a 3ª Revisão fica nos quarenta e quatro milhões, trezentos e vinte seis mil, trezentos e sessenta e seis euros que representa um decréscimo de um vírgula vinte e três, relativamente ao Orçamento anual.

Depois se me permitem só para tentar antecipar aqui uma ou outra questão no caso do reforço dos acordos, já expliquei o que era, das Juntas de Freguesia, temos aqui umas anulações mas também uns reforços para algumas…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, acho que não havia questões."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não havia questões?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Mas, se calhar, posso deixar as questões para os Srs. Membros da Assembleia, é que afinal a minha cábula não estava aqui comigo, mas estou disponível para questões que entendam esclarecer."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Acho que estamos em condições…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, é só para informar que a média de duração das reuniões desta natureza…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ah! eu também conheço outras Câmaras e outras Assembleias da Área Metropolitana de Lisboa Sr. Presidente, também conheço."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"São uma média de três noites, três noites."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Também conheço, conheço, têm é uma distribuição diferente dos tempos de intervenção Sr. Presidente, mas isso é outra coisa. Pronto vamos lá, vamos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor da CDU e onze abstenções (sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO OITO – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro; Reqte: Diamantino Jesus Lagoa; Procº: E-68/87; Local: Olhos de Água

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente da Câmara, então a última proposta."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, trata-se de uma proposta de reconhecimento de interesse público municipal na regularização do estabelecimento, trata-se de uma pecuária em Olhos de Água, no âmbito do regime excecional de regularização. Adianto desde já que na próxima reunião da Assembleia teremos aqui certamente, no mínimo, uma dúzia propostas desta natureza está a terminar o prazo, há muitas atividades pecuárias, industriais e outras que estão a tentar aproveitar este Decreto–lei para terem aqui um período excecional de regularização.

Paralelamente, nós, no âmbito da revisão do PDM aquilo que efetivamente não colide com ecossistemas, estamos a tentar enquadrar nas fichas de revisão do PDM algumas destas situações, mas como já foi dito noutra altura a atividade destas empresas é importante para o concelho, não se trata de legalizar as coisas a todo o custo, até porque não está nesta sede, nem na sede de Câmara Municipal, o licenciamento das mesmas junto de outras entidades. Algumas, efetivamente, isto é possível resolver-se outras terão ainda um calvário a percorrer para obterem outro tipo de licenciamento junto de outras entidades da Administração Central.

Trata-se de não cortar as pernas a estas atividades e se elas cumprirem todos os requisitos obviamente hão-de ser licenciadas nos organismos, e nos fóruns, adequados. Sobre a proposta só se houver algumas questões."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor, muito bem Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, há alguma questão? Atenção, atenção há uma questão, tem a palavra o PSD/CDS para uma questão breve."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Bem eu não gosto de ser coartada na palavra, mas realmente é breve, porque se tivesse que ser um bocadinho mais longa teria que ser."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Logo se via."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"É na questão dos mapas que estão anexos à proposta, continuamos com a dificuldade. Eu percebo que houve um esforço, está aqui delimitado mas não se consegue visualizar bem, não sei se terá que ser maior, como anexo, talvez aumentado em próximas propostas, mas pronto era só isso, mais nada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Podemos votar? Vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezasseis da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP) e uma abstenção do BE. Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Antes de terminar recordo aos Srs. Membros da Assembleia, que a data para a nossa próxima sessão já está fixada. Será no dia dezassete de dezembro e sendo uma sessão extraordinária não haverá lugar ao período de Antes da Ordem do Dia.

Boa noite a todos."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pela uma hora e vinte e cinco minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e quinze, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, vinte e seis de novembro de dois mil e quinze.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete